



I

GÊNESIS A DEUTERONÔMIO

COMENTÁRIO BÍBLICO
BEACON

George Herbert Livingston

Leo G. Cox

Dennis F. Kinlaw

Lauriston J. Du Bois

Jack Ford

A. R. G. Deasley

COMENTÁRIO BÍBLICO BEACON

GÊNESIS A DEUTERONÔMIO

1



O Livro de
LEVÍTICO

Dennis F. Kinlaw

Introdução

A. Nome

O nome do Livro de Levítico nos vem da Septuaginta através da Vulgata. Durante os primeiros séculos da era cristã, a Bíblia dos cristãos era a Bíblia grega. Jerônimo a traduziu para o latim no século IV (terminou em 405 d.C.). Esta tradução, chamada Vulgata, tornou-se a Bíblia da igreja ocidental até a Reforma. Na Septuaginta, *Leveitikon* era o nome do terceiro livro do Pentateuco. Em português ficou *Levítico*, através do latim *Leviticus*. O livro tem este nome porque trata do sistema levítico de adoração no Antigo Testamento.

B. Autoria

O livro em si não atesta a autoria humana, mas a divina. Vinte dos 27 capítulos começam com a fórmula: “Falou mais o SENHOR a Moisés, dizendo”, ou semelhantes. Em sua maioria, o Senhor manda que Moisés transmita uma mensagem a Israel (e.g., 1.1—3.17; 4.1—5.19) ou a Arão e seus filhos (e.g., 6.9,25; 8.1,2). Ocasionalmente, o texto diz que Deus falou com Moisés e Arão (11.1; 13.1; 14.33; 15.1). Pelo menos uma vez Deus fala somente com Arão (10.8). A maior parte do material do livro apresenta mensagens vindas diretamente de Deus para Moisés. A perspectiva tradicional da igreja era que Moisés deu este livro a Israel e, conseqüentemente, a nós.

O surgimento da moderna erudição crítica rejeitou esta perspectiva. A adoção da hipótese de fontes documentárias (*J* [fonte jeovista], *E* [fonte eloísta], *D* [fonte deuteronomista], *P* [fonte sacerdotal, o “p” é de *Priestercodex*]) levou ao ponto de vista de que Levítico fazia parte do código sacerdotal. Esta norma, diziam, teve muitos séculos de compilação e só recebeu sua forma final no período pós-exílico. Insistiam que grande parte do material, como o suposto “Código da Santidade”, capítulos 17 a 26, era mais antigo que o período pós-exílico, e que parte do material referente à lei também podia ser bastante antiga. Era convicção firme da maioria dos críticos que a fonte *P* era a mais tardia dos elementos que compunham o Pentateuco.

Estudos recentes abalam a patente unanimidade neste ponto entre os estudiosos. O trabalho de especialistas como J. Pedersen, Ivan Engnell, Yehezkel Kaufmann e outros revelam certas ambigüidades.¹ Estudos da lei no antigo Oriente Próximo tornam este fato evidente: há pouco texto em Levítico que tenha paralelo no mundo antigo que também não tenha paralelo na literatura do segundo milênio a.C. Levando em conta o teor de Levítico que é comum ao mundo do Israel antigo não há razão para supor que Levítico não seja do período mosaico.

Os últimos estudos feitos por eruditos como W. F. Albright mostram que é razoável presumir que a especificidade monoteísta singular da religião de Israel remonta aos dias de Moisés.² Atualmente, os estudiosos têm mais conhecimentos sobre a tradição legal do mundo do segundo milênio a.C. no Crescente Fértil. À luz destes novos conhecimentos é possível dizer que o caráter legal da religião de Israel, conforme vemos em Levítico, se ajusta ao período mosaico e possa ser igualmente de origem mosaica.

C. Data do Pentateuco

O período alocado pelo Pentateuco para a doação desta lei e para os acontecimentos incrustados no Levítico é de precisão nítida. Está datado entre a montagem do Tabernáculo no primeiro mês do segundo ano depois da partida de Israel do Egito (Êx 40.17) e o primeiro dia do segundo mês daquele mesmo ano (Nm 1.1).

D. Mensagem

É importante verificar a mensagem de Levítico para acompanharmos a progressão do Pentateuco. Gênesis nos conta o chamado do patriarca Abraão e a eleição de sua família para exercer a função de concerto na história humana. Êxodo narra a grandiosa libertação dos descendentes de Abraão, os israelitas, da escravidão do Egito e o estabelecimento do concerto de Deus com este povo no Sinai. Êxodo também expõe o caráter legal deste concerto e o testemunho do concerto no Tabernáculo e o culto a ser administrado ali. Levítico é um tipo de manual dado aos sacerdotes e ao povo de Israel para que soubessem fazer a adoração exigida pelo concerto de maneira eficaz e aceitável ao Deus de Israel. Levítico é um manual de como cultuar a Deus. Há também instruções diversas sobre como viver de forma que tal adoração seja aceitável ao Senhor, o Deus do concerto.

O teor do livro revela os princípios básicos da religião do Antigo Testamento. As afirmações a seguir estão implicitamente indicadas ao longo do texto levítico.

1. Não é possível comunhão com Deus exceto com base na expiação do pecado. Os capítulos iniciais de Levítico descrevem várias ofertas que são necessárias para que a expiação e a comunhão sejam efetuadas.

2. O homem não pode expiar os próprios pecados. Faz-se necessário um sistema de mediação. O papel dos sacerdotes, os filhos de Arão, é desempenhado em cada trecho do livro. O sistema pressupõe um mediador.

3. A expiação deve ser de acordo com o plano divino. Note a porção apreciável de Levítico que é discurso direto de Deus. Repare no fim trágico de Nadabe e Abiú quando cultuaram segundo padrões próprios em vez de seguir o padrão de Deus dado por Moisés.

4. Somente o bom, o limpo e o são (o perfeito) é aceitável como sacrifício a Deus. O homem não pode se aproximar de Deus de mãos vazias. Deus faz estipulações rígidas sobre o que lhe agrada.

5. As pessoas que andam com Deus devem ser santas, porque Ele é santo. Esta exigência é responsável pela forte ênfase na diferença entre o limpo e o imundo, o puro e o abominável, o santo e o profano. Levítico é um manual sobre “o santo”. A santidade exigida não é meramente cerimonial. É também ética e social, como no capítulo 19, que em grande parte é recapitulação do Decálogo. O tema do livro é a justiça moral e interior. É de Levítico que temos o mandamento: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (19.18). O significado deste requerimento é explicado nos mínimos detalhes e esta explicação está em cláusulas de justiça pessoal e social.

6. A comunhão com Deus envolve o compromisso da vida total. O livro deixa muito claro que nenhuma área da existência pessoal está fora do direito do Deus de Israel controlar. Há instruções sobre alimentos, hábitos sexuais, posse de propriedades, ofertas

a Deus, as ocasiões certas da verdadeira adoração e as relações pessoais com o próximo e o estrangeiro. O Santo de Israel exigiu que a vida inteira de quem anda com Ele seja colocada sob seu controle soberano e sua influência santificadora.

Para quem conhece o Novo Testamento, não é difícil identificar nas declarações acima as raízes da devoção cristã. Talvez a expressão não esteja tão desenvolvida quanto a encontrada no Novo Testamento, mas os princípios são notavelmente os mesmos. E até Levítico sente a necessidade de uma maneira melhor. Esta necessidade é manifestada minuciosamente na exigência de mediadores do sistema levítico, os sacerdotes arônicos. Os esforços medianeiros necessários por si mesmos são indicativos de que este sistema não é insuperável. Era só um tipo que apontava “um caminho ainda mais excelente”, um caminho elucidado em Cristo e seu novo concerto e que em Levítico é prenunciado.

Esboço

I. UM MANUAL DE ADORAÇÃO, 1.1—7.38

- A. Instruções para os Israelitas, 1.1—6.7
- B. Instruções para os Sacerdotes, 6.8—7.38

II. A CONSAGRAÇÃO DOS SACERDOTES, 8.1—10.20

- A. Moisés Consagra Arão e seus Filhos, 8.1-36
- B. Arão Assume o Ofício Sacerdotal, 9.1-24
- C. Um Caso de Sacrilégio, 10.1-20

III. AS LEIS RELATIVAS À IMPUREZA CERIMONIAL, 11.1—15.33

- A. A Impureza Cerimonial causada por Animais, 11.1-47
- B. A Impureza Cerimonial causada pelo Parto, 12.1-8
- C. A Impureza Cerimonial causada pela Lepra, 13.1—14.57
- D. A Impureza Cerimonial causada por Fluxos, 15.1-33

IV. O DIA DA EXPIAÇÃO, 16.1-34

- A. A Preparação de Arão, 16.1-19
- B. O Bode Expiatório, 16.20-34
- C. Algumas Conclusões

V. A SANTIDADE NA VIDA DIÁRIA, 17.1—20.27

- A. O Ato de Abater Animais para Consumo Próprio, 17.1-16
- B. Os Regulamentos Sociais, 18.1—20.27

VI. A SANTIDADE DOS SACERDOTES, 21.1—22.33

VII. OS DIAS SANTOS E AS FESTAS, 23.1-44

- A. O Sábado, 23.1-3
- B. A Páscoa, 23.4-8
- C. As Ofertas das Primícias, 23.9-14
- D. A Festa das Semanas, 23.15-22
- E. Os Dias Santos do Sétimo Mês, 23.23-44

VIII. O ÓLEO SANTO, O PÃO SANTO E O NOME SANTO, 24.1-23

- A. O Óleo Santo, 24.1-4
- B. O Pão Santo, 24.5-9
- C. O Nome Santo, 24.10-23

IX. Os Anos Santos, 25.1-55

A. O Ano Sabático, 25.1-7

B. O Jubileu, 25.8-55

X. PALAVRAS FINAIS DE PROMESSA E AVISO, 26.1-46

A. Idolatria, Sábados e o Santuário, 26.1,2

B. Promessa, 26.3-13

C. Aviso, 26.14-46

XI. APÊNDICE: SOBRE VOTOS E DÍZIMOS, 27.1-34

SEÇÃO I

UM MANUAL DE ADORAÇÃO

Levítico 1.1—7.38

A relação de Levítico com Êxodo é indicada na frase de abertura do livro. Em Êxodo, Deus fala do monte. Aqui, Ele fala do Tabernáculo. Êxodo encerra com o relato da dedicação do Tabernáculo e a vinda da glória de Deus para enchê-lo. Agora, Deus fala com os israelitas do lugar onde Ele escolheu habitar entre eles. A palavra que Ele fala tem a ver com o modo em que o povo, agora resgatado pela mão poderosa do Senhor, adorará e servirá o seu Deus. Levítico é o manual de adoração dos antigos hebreus. Começa com normas de sacrifício.

A. INSTRUÇÕES PARA OS ISRAELITAS, 1.1—6.7

De imediato, o leitor é informado sobre a origem divina e a conseqüente autoridade da mensagem que está sendo dada. **E chamou o SENHOR a Moisés e falou com ele da tenda da congregação** (1). Moisés não tem permissão para entrar no Tabernáculo (Êx 40.35), por isso Deus, de dentro, fala com Moisés, de fora. S. R. Hirsch sugere que a intenção é estabelecer o fato de que a palavra de Deus veio a Moisés em vez de surgir em seu interior como produto de sua consciência religiosa.¹ A palavra falada é de origem sobrenatural.

A expressão **tenda da congregação** é mais bem traduzida por “Tenda do Encontro” (NVI). A palavra para descrever “tabernáculo” é a mesma palavra hebraica para aludir a “tenda” (*ohel*). O termo traduzido por **congregação** é derivado de um radical hebraico (*y’d*) que significa “nomear, designar, marcar, estabelecer”. Assim, a melhor leitura seria “tenda do encontro marcado”. A adoração não é opção para o povo de Deus. É obrigação.

Deus marcou um encontro com o homem em um lugar designado (o Tabernáculo). O encontro marcado objetivava estabelecer comunhão de acordo com os procedimentos nomeados (caps. 1—22) e os tempos certos (caps. 23—25). Não são os hebreus que decidem como e quando vão cultuar. Essas decisões são tomadas inicialmente por Deus para os redimidos.

1. A Lei do Holocausto (1.1-17)

a) *O mandamento de Deus* (1.1,2). Este manual de adoração começa com a oferta de sacrifícios: **Quando algum de vós oferecer oferta ao SENHOR** (2). As palavras **oferecer** e **oferta** são derivadas do mesmo radical primário que significa “chegar perto de, chegar-se, aproximar-se”. A questão que Levítico trata é de como os hebreus podem viver em “proximidade” com Deus. E isso envolve ofertas ou sacrifícios. **Oferta** (*qorban*) é a noção mais próxima de um termo geral no Antigo Testamento para se referir a “sacrifício”. É o termo usado para aludir a todos os tipos de ofertas apresentadas a Deus. A idéia do radical não é nem “sacrifício” nem “oferta”, conforme nosso entendimento destas palavras. Significa “algo levado para perto de”. É usado exclusivamente no Antigo Testamento com alusão à relação do homem com Deus e revela o propósito desta seção de Levítico; a intenção era instruir os hebreus sobre como se chegar a Deus.

Trata-se de lugar-comum entender que cultuar implica em sacrificar ou ofertar. Mas, de maneira nenhuma os sacrifícios estavam limitados a Israel. Era parte essencial da religião do mundo no qual os israelitas viviam.

Há muito que os estudiosos se empenham em achar a idéia controladora por trás dos sacrifícios religiosos. Alguns sugerem que seja comunhão, ato simbolizado pela refeição comum. Outros enfatizam a propiciação, a substituição ou a gratidão festiva. É óbvio que o sacrifício é algo multifacetado da mesma maneira que é a relação do homem com Deus. Envolve comunhão, mas comunhão com Deus implica em propiciação, gratidão e petição. Assim, nossa atenção é remetida novamente à idéia de proximidade e intimidade com Deus. Tudo que diz respeito a aproximar-se de Deus está implícito no sacrifício. Este conceito explica as cinco variedades de ofertas analisadas nos capítulos a seguir: holocausto, oferta de manjares, oferta de paz, oferta pelo pecado e oferta pela culpa. Cada oferta fala de uma faceta diferente da proximidade com Deus.

Levítico toma por certo que quando os homens se chegam a Deus, eles não devem ir de mãos vazias. Há algo sobre a relação que torna correto e apropriado os homens levarem uma oferta. Desde os tempos do Novo Testamento é fácil esquecer esta verdade. Mas sempre temos de nos lembrar de que, embora os crentes possam se aproximar de Deus com ousadia, eles não devem ir de mãos vazias. Sob o antigo concerto, os adoradores iam com dádivas próprias. Hoje, os crentes vão com a própria Dádiva de Deus, seu Filho Jesus, como base de aproximação e intimidade dos adoradores com Deus.

As dádivas do Antigo Testamento eram de tipos diferentes. Podiam ser animais de gado ou rebanho, aves ou cereais. Eram acompanhadas por ingredientes como sal, mel, incenso ou vinho. Verificamos o propósito de tudo isso no versículo 3: **Ele oferecerá, de sua própria vontade, perante o SENHOR**. O hebraico oferece esta tradução melhor: “Ele o oferecerá para sua aceitação perante o Senhor” (cf. ARA). Todo este sistema é fornecido para que os homens se aproximem e obtenham aceitação. Isto requer sacrifício.

Para a igreja primitiva era óbvio que aqui estavam os fundamentos para o ensino do Novo Testamento sobre a necessidade do sacrifício de Cristo, para que houvesse a verdadeira comunhão entre o homem e Deus. Quando João Batista identificou Jesus como o Cordeiro de Deus, que tiraria o pecado do mundo, o entendimento judaico apoiava-se intensamente neste Livro de Levítico.

Os animais para sacrifício provinham de rebanhos de **gado**, **vacas** ou **ovelhas**. Tratavam-se de animais domesticados. Animais selvagens eram inaceitáveis. A tradição judaica sugere uma razão para esta inaceitabilidade: não custariam nada para o ofertante.

b) *A oferta de gado* (1.3-9). O termo hebraico traduzido por **holocausto** (*'olah*) significa, literalmente, “aquilo que vai para cima”. Também se chamava **oferta queimada** (9), porque o *'olah* era totalmente queimado no altar (com exceção do couro que ia para o sacerdote). Às vezes, o vocábulo é qualificado pelo adjetivo “todo”. Em outros sacrifícios, partes da oferta eram comidas pelos sacerdotes ou até pelos ofertantes. Mas no holocausto, a oferta inteira subia para Deus por **cheiro suave**. Hirsch supõe que isto indique “a necessidade e a aspiração de ‘esforçar-se para subir mais alto’”.² Micklem afirma que “significa auto-oblação total a Deus em louvor e amor”.³ Esta auto-entrega e louvor estão impreterivelmente unidos na expiação, pois o versículo 4 diz que é para a **expição** do ofertante.

A totalidade da oferta é para Deus. A oferta tem de satisfazer as especificações divinas. É Deus quem determina o que e como deve ser dada. Tem de ser um **macho sem mancha** (3; “sem defeito”, NVI). Há quem imagine que Paulo tinha esta oferta em mente quando exortou os romanos a apresentar os corpos em sacrifício vivo, totalmente aceitável a Deus (Rm 12.1,2). Só o melhor é suficientemente bom para Deus, e tem de ser oferecido sem reservas para que o homem seja aceito por Deus.

A expressão: Ele **porá a sua mão sobre a cabeça do holocausto**, identifica o ofertante e a oferta. Esta é prescrição para todos os sacrifícios de animais. Compare a mesma ocorrência na oferta de paz (3.2), na oferta pelo pecado (4.4), no oferecimento do carneiro da consagração (8.22), no ritual do Dia da Expição (16.21) e até na apresentação dos levitas como oferta de movimento (Nm 8.10). A prática não é mencionada especificamente com relação à oferta pela culpa, mas considerando que 7.7 afirma que havia um ritual para a oferta pelo pecado e para a oferta pela culpa, inferimos que esta também fazia parte daquele ritual. A tradição judaica indica que a mão tinha de ser imposta sobre o animal com certa pressão, ao mesmo tempo que o ofertante confessava os pecados. O Targum de Jônatas diz: “Ele porá a mão direita com firmeza”. Outras fontes judaicas revelam que ambas as mãos eram usadas. Em outros rituais, este ato poderia ter outra significação, mas aqui caracteriza a separação que o ofertante faz de sua dádiva a Deus e a identificação completa com o que oferece. Keil escreve: “Para tornar perfeito o ato de abnegação, era necessário que o ofertante morresse espiritualmente; que, pelo mediador de sua salvação, ele pusesse a alma em comunhão viva com o Senhor, aprofundando essa comunhão como se estivesse na morte do sacrifício que morrera por ele; e colocasse os membros do corpo sob a vontade das operações do gracioso Espírito de Deus. Desta forma, o adorador era renovado e santificado no corpo e na alma e entrava em união com Deus”.⁴

Esta identificação era para que a oferta fizesse a **expição** pelo ofertante (4). A palavra hebraica significa “cobrir em cima de”. Há quem interprete que tenha o significado de “cobrir a face da pessoa que errou”. Na Bíblia, quer dizer cobrir o pecado para que Deus, que não pode vê-lo com isenção de ânimo (Hc 1.13), não o veja. Mais uma vez o propósito está em termos de proximidade e intimidade com Deus; indica “aceitação” ou “boa acolhida”. Esta proximidade não é espacial, mas espiritual e pessoal. Tal proximidade não pode ocorrer sem sacrifício. Os **sacerdotes** (5), identificados como **filhos de Arão**, matavam o animal, escoavam o sangue e o aspergiam **à roda sobre o altar** para que todos os lados fossem atingidos. Em seguida, cortavam o animal em **pedaços** (6) e o colocavam **sobre o altar** para ser queimado.

Todo verdadeiro entendimento desta exigência tem de passar pela análise da função do sangue em sua relação com a vida e a morte. Snaith insiste que a razão primária para dispor do sangue desta maneira, é porque “é tabu, muito sagrado e muito perigoso para o homem comum lidar”.⁵ Como mostra 17.11, o sangue era proibido para o israelita, talvez porque o sangue representasse a vida. Por isso, certos expositores asseveram que aqui representa a vida libertada do corpo e agora apresentada a Deus.⁶ Nesta perspectiva, o foco não está na morte, mas na vida. Parece injusto à evidência bíblica ignorar o fato de que a maioria das alusões a sangue no Antigo Testamento esteja ligada à morte. Ao falarmos sobre este sistema sacrificatório e sua relação com o sacrifício de Cristo, é necessário enfatizarmos que a base de nossa comunhão com Deus inclui a morte de Cristo. Paulo diz que “fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho”. Esta verdade não nega a liberação de vida. Por isso, Paulo acrescenta: “Muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida” (Rm 5.10).

Os deveres dos sacerdotes, os **filhos de Arão** (7), estão claramente definidos. Não devemos nos esquecer de que este arranjo representava um novo processo na vida do povo de Deus. No período patriarcal, cada chefe de família agia como sacerdote. Agora, no concerto mosaico, há o estabelecimento de uma nova ordem que prepararia o modo de entender o ministério de Cristo, o grande Sumo Sacerdote, conforme vemos na Epístola aos Hebreus.

Este sacrifício seria uma **oferta queimada, de cheiro suave ao SENHOR** (9). Concernente ao **cheiro suave**, Noth declara que esta frase “origina-se do linguajar cultural e formas de pensamento pertencentes à terra dos dois rios”. Ele observa que a narrativa do dilúvio na Epopeia de Gilgamesh conta como “os deuses cheiraram o cheiro suave’ do sacrifício oferecido depois do dilúvio”.⁷ Micklem comenta que supor que esta passagem insinua “que o Deus de Israel literalmente apreciava o cheiro seria tão tolo quanto imaginar que o incenso é usado nas igrejas católicas porque se acredita que Deus gosta do odor”.⁸ O que está claro é que a atividade religiosa do homem tem de agradar a Deus, e que, quando é feita de acordo com a sua Palavra, o agrada.

O corte do animal em pedaços e a disposição no altar, de forma que o fogo passasse entre eles, pode ser comparado com Gênesis 15.3-10,17,18. Neste registro bíblico, o concerto de Deus com Abraão é selado pela passagem do fogo divino entre os pedaços da oferta.

c) *A oferta de ovelhas, cabras ou aves* (1.10-17). Os versículos 10 a 13 explicam a oferta de carneiros ou cabritos. As instruções dos rituais são curtas, não repetindo o óbvio. A única informação adicional é que o animal era morto **ao lado do altar, para a banda do**

norte (11). A razão, talvez, é que as cinzas ficavam no lado do **orient**e (16), os recipientes para a lavagem dos sacerdotes situavam-se no ocidente (Êx 30.18) e a rampa, no sul.

A preocupação da antiga lei hebraica pelos pobres é revelada na provisão dos versículos 14 a 17; podiam-se oferecer pássaros pequenos para o holocausto (cf. 5.7). Com esta informação, vemos mais nitidamente o nível social de Maria, mãe de Jesus, conforme nos revela Lucas 2.24. Pelo visto, o ato de dar e a atitude por trás da dádiva são mais importantes que o valor da dádiva. Em virtude do tamanho das **aves** (14), o ritual era naturalmente diferente. Não havia imposição de mãos, e o sangue era **espremido** (15) e não aspergido. A primeira parte do versículo 17 está mais claro assim: “Seja rasgado nas asas, mas não cortado em dois” (BBE; cf. ARA; NTLH; NVI). Todas as partes do pássaro que poderiam ser úteis ao homem eram oferecidas a Deus.

2. A Lei da Oferta de Manjares (2.1-16)

a) *As providências básicas* (2.1-3). A **oferta de manjares** era um oferecimento de farinha ou cereais bem moídos (1). A palavra hebraica (*minchah*) denota uma dádiva ou oferta em geral. É usada em Gênesis 4.3 para descrever a oferta de Caim, mas em Gênesis 33.10 é usada para se referir ao presente de Jacó a seu irmão. Em Juízes 3.15-18, é usada para aludir a tributo. Quando a palavra é empregada com relação a sacrifício, transmite o significado geral de algo dado a Deus ou o significado mais restrito, encontrado aqui, de oferta de grãos ou de cereais. Tal oferta era o resultado do trabalho humano e da fecundidade da terra. Representava a consagração a Deus do fruto do trabalho realizado pela pessoa.

A oferta era voluntária, como está implícito pela frase **quando alguma pessoa oferecer oferta de manjares**. É comum a **oferta de manjares** ser apresentada no Antigo Testamento como oferta que acompanha os sacrifícios de animais (Nm 15.1-6). O ritual aqui é apropriado para esta oferta dual e para a apresentação de uma oferta de cereais sozinha.

A oferta de manjares podia estar crua (1-3) ou cozida (4-16). Se estivesse crua, era acompanhada por **azeite** (óleo) e **incenso** (2). O óleo era parte vital da alimentação diária dos antigos hebreus. Nesta condição, no Antigo Testamento representa alegria, nutrição e prosperidade. A palavra hebraica (*shemen*) significa “gordura, corpulência, fertilidade, riqueza”. Note o uso da palavra em Deuteronômio 32.13; Jó 29.6 e Isaías 61.3. Micklem sugere que simbolizava “poder estimulante e santificador”.⁹ Considerando esta ligação com a unção dos sacerdotes e o uso com o candelabro de ouro, Allis julga que indicava “a presença graciosa do Espírito Santo na iluminação e santificação”.¹⁰ A presença oportuna do Espírito Santo na obra e na adoração do crente é, sem dúvida, o que o torna aceitável a Deus.

O **incenso** era uma resina aromática de cor amarelo-claro, de gosto amargo, mas de perfume muito agradável. Era ingrediente usado no santo óleo da unção (Êx 30.34), como incenso (Jr 6.20), queimado como perfume (Ct 3.6), oferecido com o pão da proposição (24.7) e presenteado a Cristo como dádiva inestimável (Mt 2.11). Erdman afirma que caracterizava oração e louvor.¹¹ Por certo, há base bíblica para a noção de que oração e louvor são eminentemente aceitáveis a Deus quando os homens lhe apresentam suas dádivas.

Dos quais tomará dela um punhado (2) fica mais claro assim: “Um dos sacerdotes pegará um punhado da farinha com o azeite e o incenso e o queimará no altar” (ARA).

A parte da oferta de manjares que era queimada chamava-se **memorial**. Este termo (*'azkarah*) ocorre somente sete vezes no Antigo Testamento, seis em relação à oferta de manjares e uma vez concernente ao incenso, que era queimado na ocasião da apresentação do pão da proposição. Estudos sobre o emprego do verbo “lembrar-se” (*zakar*) nos últimos anos mostrou nuances teológicas significativas.¹² Quando Deus se lembra, abre-se nova situação na qual há socorro para os justos e julgamento para os injustos. A inversão desta condição indica que, quando o homem se lembra da fidelidade de Deus, o resultado é fé e obediência renovadas. Isto fica óbvio quando recordamos o papel da “memória” na instituição e celebração da Ceia do Senhor (Lc 22.19; 1 Co 11.24,25). No cerne da adoração está a lembrança pelo homem e por Deus do compromisso do concerto e da promessa do concerto.

A identificação desta oferta como **coisa santíssima** (3) quer dizer que só poderia ser comida pelos descendentes masculinos de Arão: os sacerdotes. As dádivas ao Senhor eram santíssimas (*qodesh qodashim*), reservadas somente para os sacerdotes; santas (*qodesh*), utilizadas para o sustento da família dos sacerdotes; ou simplesmente **ofertas** (*qorbanim*), que eram para a manutenção do Tabernáculo ou, depois, do Templo. Em Marcos 7.11, “Corbã” é referência a uma dádiva deixada em testamento para a manutenção do Templo após a morte do testador. Desta forma, o legado ficava indisponível para as necessidades da família.

b) *As ofertas de cereais cozidos* (2.4-11). As ofertas de alimentos cozidos podiam ser preparadas de três modos: 1) assadas no **forno** (4), 2) cozidas na **caçoula**, ou caçarola (5), ou 3) preparadas na **sertã**, ou frigideira (7).

Não podia haver **fermento** ou **mel** (11). Estes ingredientes podiam ser oferecidos como primícias, mas não como ofertas para serem queimadas no altar. Os hebreus talvez percebessem que a fermentação insinuava desintegração e corrupção; desta forma, indicando impureza. Nos escritos rabínicos, o fermento é usado como símbolo do mal. Os escritos pagãos mostram atitude semelhante. Plutarco disse: “O fermento nasce da corrupção, e corrompe aquilo com que é misturado. [...] Toda fermentação é um tipo de putrefação”.¹³ Nos Evangelhos (Mt 16.6; Lc 12.1), Jesus usa figurativamente o fermento dos falsos ensinamentos dos fariseus e saduceus. Paulo fala dos “asmos [pães sem fermento] da sinceridade e da verdade” (1 Co 5.7,8). A proscrição do fermento na Festa da Páscoa é outra questão. Ali, o pão sem fermento era lembrança da escravidão de Israel e chamava-se “pão de aflição” (Dt 16.3). Entre os vizinhos de Israel, era comuníssimo o uso do mel em sacrifícios.¹⁴ Talvez seja por isso que mel e leite, ambos elementos importantes da dieta, não deviam ser oferecidos em sacrifício.

Levando em conta que o fermento era proibido nas ofertas de manjares, havia a exigência de utilizar sal (13). O sal tinha grande valor no mundo antigo, e era necessário para a vida. Simbolizava a permanência no fato de que dava imunidade contra a corrupção. Também indicava comunhão e fidelidade, visto que os concertos eram selados com uma refeição comum, na qual o sal era ingrediente importante. Participar do sal era estabelecer um laço entre o anfitrião e o convidado. Note o nome que Deus dá ao concerto que fez com Arão e seus filhos (Nm 18.19) e ao concerto que fez com Davi e seus descen-

dentes (2 Cr 13.5): concertos de sal. Hirsch supõe que, da mesma forma que o sal conserva os alimentos da influência da decomposição, assim o concerto protege as partes contratantes das influências externas prejudiciais ao vínculo estabelecido.¹⁵

c) *A oferta das primícias* (2.12-16). Esta oferta era composta de grãos novos e macios, assados e moídos (14). Era apresentada a Deus como proclamação de que todo crescimento vem de Deus. Da mesma forma que o primogênito dos homens e dos animais pertenciam a Deus, as primícias (ou primeiros frutos) dos campos eram dadas a Ele. Tudo era de Deus, mas a aceitação das primícias na função de representantes da totalidade significava que o homem estava livre para usar o restante com sentimento de gratidão.

Em 2.8-16, identificamos o significado espiritual de “A Oferta de Manjares”. 1) Este tipo de oferta envolve adoração e serviço, 8-10; 2) Todos os frutos do labor humano pertencem a Deus, 12,14; 3) As instruções para as ofertas de manjares são dignas de nota: o óleo representa o Espírito Santo; o incenso caracteriza a oração; a ausência de fermento indica pureza; a proibição de mel mostra que não há nada para fermentar ou se deteriorar; o sal pressupõe a conservação; o fogo denota a aceitação de Deus; o cheiro suave fala do prazer de Deus, 9,11,13,15 (G. B. Williamson).

3. A Lei da Oferta de Paz (3.1-17)

Para entender tudo o que diz respeito ao **sacrifício pacífico** (ou “oferta de paz”), o leitor também deve examinar a passagem registrada em 7.11-34. Pelo visto, esta oferta era essencialmente uma refeição comum, na qual o sacerdote e o adorador participavam e da qual as partes mais seletas eram dadas a Deus. **Sua oferta** (1) ou “seu presente” (VBB). Comparando com o holocausto, somente uma porção deste tipo de oferta era queimada. A gordura que não estivesse misturada com a carne do animal e que pudesse ser extraída dos intestinos e rins tinha de ser oferecida com os **rins** e o **redenho** (o “lóbulo”, NVI) do **fígado** (4,5). Se fosse uma ovelha palestina com sua cauda invulgarmente gordurosa, a gordura da cauda também tinha de ser oferecida. Todos estes elementos eram colocados em cima do holocausto que estava sendo oferecido e queimado.

Dar a gordura a Deus corresponde à disposição do sangue. A gordura era considerada “as substâncias poupadas do animal”, “um armazenamento para necessidades futuras”.¹⁶ No Antigo Testamento, é usada metaforicamente para descrever as porções mais suculentas e valiosas. Tais coisas pertencem legalmente a Deus. Havendo entregado isto a Deus, o que sobrava do animal era para o deleite do sacerdote e do povo.

O **sacrifício pacífico** (ou “oferta de paz”) denota que o ofertante está em comunhão com Deus. Caso contrário, não lhe seria permitido comer a carne do animal. Keil afirma que o objetivo era “invariavelmente salvação”, quer ação de graças pela salvação já recebida, quer súplica pela salvação desejada. Aqui, salvação deve ser considerada em seu sentido mais amplo. No radical hebraico, a palavra paz (*shalom*) significa “estar inteiro, são, completo”. Como acrescenta Keil, a palavra neste texto supõe “a série completa de bênçãos e poderes, pela qual a salvação ou integridade do homem em sua relação com Deus é estabelecida e garantida”.¹⁷ Um estudo das referências a este sacrifício encontradas nos livros históricos apóia a afirmação reveladora de que as ofertas de paz acompanhavam os holocaustos em tempos de grande alegria (*e.g.*, 2 Sm 6.17) e também em tempos de maior necessidade (*e.g.*, Jz 20.26). Em 7.12,16, vemos que os sacrifícios pacífi-

cos (as ofertas de paz) podiam ser ofertas de louvores, ofertas de voto ou ofertas voluntárias — expressão do senso pessoal de dependência e necessidade de Deus nas mais variadas circunstâncias.

O sacrifício poderia ser de **gado** (1), **gado miúdo** (6, ovelha) ou **cabra** (12). Considerando que o animal oferecido não ia para o altar, não há prescrições sobre sexo e idade. O animal não podia ter **mancha** (1,6; “defeito”, NVI). O ofertante tinha de impor a **mão sobre a cabeça da sua oferta** (2,8,13), matar o animal e apresentar ao sacerdote os pedaços a serem oferecidos. Em seguida, o oficiante os queimava no altar. A porção apresentada era o manjar **da oferta queimada ao SENHOR** (11), **de cheiro suave** (16). Não é necessário ver nestas palavras referência a alimentar Deus, como ocorria entre os vizinhos de Israel. O Deus de Israel não dependia dos adoradores. Ele almejava comunhão com eles e queria que pensassem que esta oferta de paz era comida de comunhão. Observe o uso da palavra “cear” mesmo em uma passagem do Novo Testamento, como Apocalipse 3.20. E considere o papel da Ceia do Senhor na igreja cristã.

Os antigos hebreus tinham de reputar esta legislação com seriedade. Este fato é indicado pela expressão **estatuto perpétuo será nas vossas gerações, em todas as vossas habitações** (17). Esta declaração ocorre 17 vezes em Levítico.

4. *A Lei da Oferta pelo Pecado* (4.1—5.13)

Agora, nossa atenção passa das ofertas de cheiro suave para a oferta pelo pecado e a oferta pela transgressão (ou oferta pela culpa, ou expiação da culpa). A importância desta mudança é indicada pelas palavras introdutórias: **Falou mais o SENHOR a Moisés, dizendo** (4.1). Daqui em diante, esta fórmula torna-se mais comum em Levítico, mas esta é a primeira ocorrência desde 1.1. No restante do livro, a expressão aparece 28 vezes. Andrew Bonar, impressionado com a frequência desta fórmula e outras semelhantes, observou que não há livro que “contenha mais das palavras ditas por Deus que Levítico”.¹⁸

Esta prerrogativa da instituição e do regulamento destes sacrifícios para Deus tem de ser mais que mera declaração de que os sacrifícios de Israel eram diferentes dos seus vizinhos. Não será desse modo que o Antigo Testamento esclarece a seus leitores que a salvação não é meramente o resultado da sensibilidade ou razão religiosa humana? A salvação está baseada em sacrifício, e o sacrifício que expia foi instituído por Deus. A tônica do sistema sacrificial hebraico está em algo que é feito para o homem. É verdade que o homem que sacrifica envolve-se com o sacrifício no fato de levar a oferta, impor a mão sobre ela (ato de identificação) e matá-la. Porém, a obra de expiação é algo que é feito para Ele. O sacerdote age como mediador em um sistema instituído por Deus. O papel de Cristo está profeticamente descrito nestes rituais.

a) *As regras para as ofertas* (4.1-35). A oferta pelo pecado e a oferta pela transgressão representam um novo tipo de sacrifício: o sacrifício da expiação. Os capítulos 1 a 3 não dizem nada sobre as ocasiões em que o holocausto, a oferta de manjares e a oferta de paz teriam de ser apresentados. As ofertas de cheiro suave eram voluntárias. Mas aqui, a legislação mosaica descreve a oferta pelo pecado e a oferta pela transgressão e estipula as ocasiões nas quais tinham de ser oferecidas. Estas ofertas são obrigatórias para todos que, estando no concerto, se tornam culpados **acerca do que se não deve fazer** (2). Há

um ritual próprio para camadas sociais diferentes: 1) o **sacerdote ungido** (3-12), 2) a **congregação** (13-21), 3) o **príncipe** (22-26) e 4) **qualquer outra pessoa do povo** (27-35). O animal sacrificado na oferta variava conforme a importância da pessoa que tivesse pecado. O sacrifício em prol do **sacerdote** (3) ou da **congregação** (14) era um **novilho**. O sacrifício em prol do **príncipe** (22) era um **bode tirado de entre as cabras, macho sem mancha** (23; “sem defeito”, NVI), ao passo que o sacrifício em prol da **pessoa do povo da terra** (27) era uma **cabra** (28) ou uma **cordeira** (32).

A seriedade da culpa variava segundo a posição social de quem pecava. O pecado do sacerdote era mais sério que o do príncipe ou de uma pessoa comum. Como representante do povo diante de Deus, o pecado do sacerdote transmitia culpa para todo o povo. Pelo visto, ele profanava o próprio lugar santíssimo. O sangue da oferta pelo pecado dele era colocado **sobre as pontas do altar do incenso aromático** (7) no Lugar Santo, ao passo que o sangue da oferta pelo pecado do príncipe ou do cidadão comum era colocado **sobre as pontas do altar do holocausto** (25,30) no pátio do Tabernáculo. O sangue da oferta pelo povo era tratado como o sangue do sacrifício pelos sacerdotes (cf. 7,18). A razão disso talvez esteja no fato de se esperar que Israel fosse um “reino sacerdotal” (Êx 19.6). Vemos uma diferença na oferta pelo pecado do sacerdote e do povo e na oferta pelo pecado dos príncipes e dos cidadãos comuns. No primeiro grupo, a carne dos animais sacrificados tinha de ser queimada fora do acampamento (cf. 12,21), ao passo que os sacerdotes tinham de comer a carne dos sacrifícios em prol do segundo grupo.

Exceto por esta diferença, o ritual para as diversas classes era o mesmo. O ofertante levava o sacrifício, impunha a mão na cabeça do animal, matava-o e o dava ao sacerdote. O sacerdote que oficiava o ato aspergia o **sangue** perante o Senhor, besuntava com sangue os chifres do altar e despejava o resto do sangue à base do altar do holocausto; neste altar, queimava a **gordura**, os **rins** e o **redenho** (“lóbulo”, NVI) do **fígado**. Verificamos a influência deste ritual no modo de o Novo Testamento entender a morte de Jesus quando se serviu desta terminologia e destes conceitos na Epístola aos Hebreus (Hb 9.10-23; 10.19-22).

O nome da oferta pelo pecado (*chattath*) é um substantivo deverbal de “errar [o alvo], não atingir [o objetivo], ficar aquém, ser insuficiente”. Descrição apropriada, pois a oferta tinha a intenção de cobrir os pecados **por erro** (22, *bishgagah*; ou “por ignorância”, ARA). Estes pecados são conhecidos por pecados cometidos “inconscientemente, sem perceber”. O oposto de tais pecados são os cometidos “à mão levantada” (Nm 15.30; “com arrogância”, cf. NVI; cf. Êx 14.8); tratavam-se de pecados pelos quais não havia sacrifício. Pelo que se percebe, a diferença não está no âmbito do conhecimento tanto quanto está na atitude do coração. O pecado “à mão levantada” é cometido com atitude de desafio arrogante a Deus, ao passo que o pecado cometido “por erro” surge da fraqueza humana. Keil deduziu: “Mas pecar ‘por erro’ não é meramente pecar por ignorância (13,22,27; 5.18), pressa, descuido ou falta de consideração (5.1,4,15), mas pecar sem querer ou involuntariamente (Nm 25.11,15,22,23)”.¹⁹

Aqui, o crente do Novo Testamento sente algo da insuficiência do sistema sacrificial levítico. Não havia provisão para os pecados mais hediondos como blasfêmia, adultério e assassinato. No episódio em que Natã relevou o pecado de Davi contra Bate-Seba e Urias não há referência a sacrifícios. A incapacidade de este sistema prover meio de remissão dos “pecados insolentes” assinala a necessidade de um caminho melhor — o caminho encontrado em Cristo.

b) *As transgressões que requerem oferta pelo pecado* (5.1-13). Existem três casos que exigem a oferta pelo pecado. O primeiro tem a ver com o homem que viu ou ficou sabendo de algo que tenha relação com um caso, mas que, quando convocado pelo magistrado, se recusou a revelar o que sabe. A tradução **ouvindo uma voz de blasfêmia** (1) é ambígua. A palavra hebraica vertida por **voz**, Hirsch a traduz por “demanda”.²⁰ Há várias ocasiões em que “voz” poderia ter sido traduzida por “reclamação, súplica, pedido, petição, demanda” (cf. Gn 3.17; 4.23). A Revised Standard Version traduz a expressão assim: “adjuração pública para testemunhar”. Moffatt traduz o versículo: “Se alguém pecar permanecendo calado quando é adjurado a apresentar provas como testemunha de algo que viu ou soube”. Adjurar é colocar sob juramento, jurar, colocar sob pena de maldição.

Não devemos presumir que caso um hebreu escondesse a verdade ou falseasse os fatos causando prejuízo a outrem, ele ficasse livre da culpa oferecendo uma oferta pelos pecados. O versículo 5 mostra que ele tinha de confessar o pecado, e 6.5 indica que ele tinha de fazer a devida restituição. Para exemplos de homens que mantiveram silêncio até serem postos sob juramento, ver Josué 7.19; Juízes 17.2; Mateus 26.63 e João 9.24. A restituição está implícita neste tipo de erro, conforme assinala esta declaração: **Levará a sua iniquidade** (1); nos casos subsequentes, o texto diz apenas que a parte envolvida é culpada (2-4).

O segundo caso diz respeito à impureza cerimonial contraída por tocar em **besta-fera imunda** (2, “animal selvagem”, NVI), **animal imundo** (animal domesticado), **rép-til imundo** (lit., “coisas pululantes”) ou **imundícia dum homem** (3,4). Os capítulos 12 a 15 oferecem uma análise mais profunda sobre casos de impureza; ver as considerações expostas ali. Pelo que deduzimos, aqui a pessoa se tornava imunda sem perceber, desta forma negligenciando os ritos purificatórios prescritos (11.24-31). Ao ficar sabendo que estava cerimonialmente imundo, o hebreu tinha a responsabilidade em fazer o sacrifício necessário.

O terceiro caso trata da promessa feita irrefletidamente. Se o homem tolamente jurar fazer algo que é ruim (4), ele errará em cumprir o voto. Contudo, é culpado por ter feito tal voto. Se prometer fazer algo bom e não puder cumprir, é culpado deste fracasso. Em ambos os casos, o culpado tem de confessar o pecado (5) e apresentar a oferta pelo pecado. No versículo 6, esta oferta é chamada **expição** (“expição da culpa”, 15; ou, mais apropriadamente, “oferta pela transgressão”, ou “oferta pela culpa”). A análise da oferta pela transgressão começa somente em 5.14. O uso do termo aqui está indubitavelmente ligado ao fato de que transgressão significa “culpa”. Lógico que há estreita relação entre a oferta pelo pecado e a oferta pela transgressão.

A compaixão básica inerente na lei está refletida nos versículos 7 a 13. Nos tempos do Novo Testamento, a lei era encarada como algo penoso. Jesus acusa os escribas e fariseus de tornar a lei insuportável para os homens (Mt 23.2-4). Esta passagem levítica revela preocupação pelos pobres. Se o indivíduo não tivesse condições financeiras para levar um **gado miúdo**, poderia levar **duas rolas ou dois pombinhos** (7). Se ainda fosse muito, poderia levar a **décima parte de um efa** (uns 3,7 litros) **de flor de farinha** (11). Note a semelhança entre esta passagem e 1.14-17.

Um dos pássaros era para ser oferecido em **holocausto** (10). Allis ressalta que na oferta pelo pecado somente a gordura era queimada no altar.²¹ Considerando que em caso de pássaros seria impossível remover a gordura, a carne de um pássaro era consumida

totalmente no altar, representando a porção do Senhor da oferta pelo pecado (chamava-se *holocausto*, porque o sacrifício era queimado inteiro no altar), enquanto que o outro pássaro era dado ao sacerdote, representando sua porção da oferta pelo pecado.

O oferecimento de farinha como oferta pelo pecado diferia da oferta de manjares regular no ponto em que não acompanhava óleo ou incenso. O **punho cheio de memorial** era queimado no **altar** junto com as outras **ofertas queimadas** (12). Assim, ficava misturado com as ofertas no altar e atingia o valor de um sacrifício de sangue. Portanto, esta oferta não é exceção ao princípio de que “sem derramamento de sangue não há remissão” (Hb 9.22).

5. A Lei da Oferta pela Culpa (5.14—6.7)

A palavra traduzida por **transgressão** (15) é derivada de um radical que significa “agir deslealmente ou traiçoeiramente”. O contexto para este pecado é o concerto. Não devemos nos esquecer de que estas leis não são dadas para os homens em geral. São dadas para os israelitas em particular, homens que entraram em concerto com o Senhor e assumiram certas responsabilidades. O Senhor tem de ser o Deus deles e eles têm de ser o seu povo. Indubitavelmente, é por isso que não há cláusulas para violações deliberadas e voluntárias do concerto — pecar “à mão levantada”. Semelhante pecado poria o transgressor fora do próprio concerto que estas leis definem. Note o palavreado: **Quando alguma pessoa cometer uma transgressão e pecar por ignorância**.

Há dois casos que exigem a oferta pela transgressão (culpa). Um é a retenção não intencional das **coisas sagradas do SENHOR**. Isto diz respeito a dízimos, ofertas, primícias e coisas semelhantes. Estes pertenciam a Deus e tinham de ser dados aos sacerdotes. O ofertante devia levar uma oferta, **um carneiro sem mancha do rebanho**, de valor comparável à perda que os sacerdotes tinham sofrido. O significado do original não é muito claro no que tange à **estimação em siclos de prata**. Pelo que se deduz, significa a estipulação de uma quantia em dinheiro do valor da oferta a fim de se calcular o montante da quinta parte (16, 20% do valor) que, como multa, seria pago em restituição. Em vez de estar baseado no siclo babilônico que era de valor menor, Êxodo 30.13 identifica que o **siclo do santuário** (15) estava baseado no padrão monetário fenício. A base moral da legislação levítica é óbvia aqui. Micklem diz:

Levítico se ocupa com o ritual da *oferta pelo pecado*, mas a exigência de arrependimento lança por terra a idéia supersticiosa de que a oferta em si tem a eficácia de tirar o pecado. Não há indicação de que sem arrependimento haja expiação. Se levantarmos a objeção teológica de que Deus não exige nada mais que arrependimento para conceder perdão, negligenciamos a exigência de restituição tanto quanto possível. O verdadeiro arrependido não só diz: “Perdoa-me”, mas também: “O que faço quanto a isso?”²²

O segundo caso de oferta pela culpa diz respeito a atos que são proibidos na lei do concerto, os quais exigem restituição, mas que são desconhecidos pelo pecador (17-19). Visto que ninguém sabe qual foi a perda, ou mesmo se houve perda, o ofertante leva a oferta pela transgressão sem a expiação adicional. Note o desejo de se guardar do mais leve pecado. Quando examinado à luz do concerto e de sua redenção graciosa, tal sacrifi-

cio é visto como o desejo natural da consciência sensível de expressar positivamente gratidão e dependência. Repare na atitude de Jó em Jó 1.5. O ideal é a inculpabilidade.

O fim desta seção (6.1-7) trata dos prejuízos causados ao próximo em questões de propriedade. Estas questões dizem respeito a logro (pertinente a algo que alguém deixou em depósito de outrem), roubo, ganho injusto por extorsão (2) ou apropriação de algo achado pertencente a outrem (3). Estas são as situações mais próximas de atos de pecado conscientes e voluntariosos encontrados nesta subdivisão (5.14—6.7). São assuntos que não seriam conhecidos sem que o pecador revelasse. Se reveladas, tais ações eram puníveis (ver Êx 22.7-13 para inteirar-se dos procedimentos legais envolvidos nestes assuntos). Aqui, o contexto mostra a relação inseparável entre a religião e a ética em Israel. Pecar contra outra pessoa dentro do concerto era pecar contra o Deus do concerto. Assim, a relação que o indivíduo tinha com o próximo afetava, particularmente, a relação que o indivíduo tinha com o Senhor. O Senhor é o Fiador da propriedade do próximo. Pecar contra o próximo é pecar contra Deus.

A frase **o que depôs na sua mão** (2) indica a transferência de bens materiais, na qual algo era depositado ou colocado em outras mãos. A Septuaginta traduz a frase por *koinonia*. Tinha a ver com uma atividade comercial. Quanto à expressão **conforme a tua estimação** (6), ver comentários em 5.15.

Em caso de danos à propriedade, não bastava a restituição. Assim como a transgressão exigia uma oferta pela culpa, a quinta parte (5) do valor da propriedade envolvida tinha de ser acrescentado ao capital e ser devolvida ao dono. Só então a oferta pela culpa era eficaz para expiar a transgressão.

B. INSTRUÇÕES PARA OS SACERDOTES, 6.8—7.38

1. *A Lei do Holocausto* (6.8-13)

A seção introdutória de Levítico (1.1—6.7) é endereçada aos israelitas (1.2) e é a palavra de Deus para eles sobre os sacrifícios que o Senhor exigia. Agora, Deus se dirige aos sacerdotes, **Arão e seus filhos** (9), que têm de executar estes rituais. Estas instruções são prestimosas para entendermos mais acerca do sistema sacrificatório levítico e sua significação.

Primeiramente, ficamos sabendo que o fogo tinha de ser mantido aceso continuamente no altar (9-13). O texto de Êxodo 29.38,39 nos informa que um holocausto era oferecido pela manhã e outro à tardinha. Era a gordura do sacrifício da tarde que mantinha o fogo do altar queimando a noite toda. Uma chama permanente queimando diante da deidade não é exclusividade da religião bíblica. É expressão da intuição humana que louvor e adoração contínuos devam subir do homem para Deus. Se esta realidade é sentida por quem conhece pouco da graça divina, quanto mais relevante que o coração do crente seja cheio de oração incessante e louvor permanente! Acerca do fogo, Micklem comenta:

[O fogo] chama a atenção dos cristãos para o sacerdócio eterno do Senhor Jesus Cristo, o grande Sumo Sacerdote, que vive “sempre para interceder por” nós (Hb 7.25) e é “sacerdote eternamente, segundo a ordem de Melquisedeque” (Hb 5.6). Ele

oferece sua obediência eterna ao Pai, um sacrifício aceitável, em benefício de todos; ele é o sacerdote, e sua obediência e seu amor perfeito a Deus são o cordeiro: estes ele oferece em nome de todos os homens, porque “não se envergonha de lhes chamar irmãos” (Hb 2.11).²³

O sacerdote recebe instruções relativas à roupa que usaria para, todas as manhãs, retirar as cinzas do altar (11). Os trajes sacerdotais regulares não deviam ser usados para esta tarefa. Muitos ficam surpresos ao constatarem quanto espaço é dedicado na Bíblia à roupa. Ainda mais quando diz respeito às vestes dos sacerdotes. A idéia transmitida é que nossa aparência perante Deus é importante. Esta verdade é mais desenvolvida no Novo Testamento e na hinologia cristã. Jesus falou sobre a necessidade de “veste nupcial” (Mt 22.11-14). Em Apocalipse, somos aconselhados a comprar “vestes brancas” (Ap 3.18) e a guardar as “vestes” (Ap 16.15). O registro bíblico também afirma que a noiva do Cordeiro se veste “de linho fino, puro e resplandecente; porque o linho fino são as justicas dos santos” (Ap 19.8). O assunto tratado em Levítico diz respeito à roupa do mediador que fica entre Deus em sua santidade e o adorador.

2. A Lei da Oferta de Manjares (6.14-23)

O sacerdote tinha de pegar um **punho cheio** (15) da oferta de manjares, com seu **azeite** (óleo) e **incenso**, e oferecer como **memorial**. No pátio da tenda, o principal sacerdote e seus filhos comeriam o **restante** (16) da oferta de manjares sem levedura (17). A expressão **coisa santíssima** é (17) menciona-se em conexão com as três ofertas que eram para o uso de Arão e seus filhos: a oferta de manjares, a oferta pelo pecado e a oferta pela transgressão (culpa). Também é usada para se referir a qualquer “coisa consagrada”, a qual não podia ser vendida ou resgatada (27.28).

Esta estipulação é explicada com a conclusão: **Tudo o que tocar nelas será santo** (18). O significado exato desta declaração não está explícito. Há quem interprete dessa forma: tudo que tocasse as coisas santas deveria ser santo (Is 52.11). Outros entendem que também deve significar que quem toca no altar fica santo e nunca mais pode voltar à vida secular. A referência de Jesus ao poder de o altar santificar uma oferta (Mt 23.19) indicaria que estes dois pontos de vista estão corretos. Em Números 16.38, lemos acerca dos incensários de Datã e Abirão: “Porquanto os trouxeram perante o SENHOR; pelo que santos são”. Não é fato de pequena monta os homens se apresentarem a Deus. Ele leva o homem a sério e, por conseguinte, exige o que lhe foi dado. Esta consagração é amplamente ilustrada no Antigo Testamento.

Os versículos 19 a 23 descrevem a **oferta** especial de **Arão e de seus filhos** (20; *i.e.*, o sumo sacerdote). É conveniente que esta seção lide com as instruções para os sacerdotes. Esta oferta era feita pelo sumo sacerdote **no dia em que fosse ungido** como sacerdote. A palavra **contínua** dá a entender que depois desse dia a oferta tinha de ser feita todas as manhãs e todas as tardes ao longo do seu sumo sacerdócio. Esta oferta era apresentada pelo sumo sacerdote a favor de si mesmo e a favor de todos os sacerdotes. Portanto, tinha de ser totalmente **queimada** (22). Os sacerdotes tomavam parte nas coisas santíssimas oferecidas pelos outros. Não podiam participar das ofertas feitas por eles mesmos e para eles (23).

3. A Lei da Oferta pelo Pecado (6.24-30)

A **expição do pecado** (ou oferta pelo pecado) também era **coisa santíssima** (25) e tinha de ser comida pelos sacerdotes **no pátio da tenda da congregação** (26). Nenhuma pessoa impura podia tocá-la. Todos que a tocassem ficavam santos e tinham de ser consagrados a Deus. Toda roupa manchada com o sangue da oferta pelo pecado tinha de ser lavada **no lugar santo** (27). O **vaso** (28), no qual a carne era preparada para os sacerdotes, tinha de ser quebrado se fosse de cerâmica, ou esfregado e lavado com água se fosse de **cobre** (bronze). Tudo que o tocasse devia ser limpo e separado do uso comum. O versículo 30 fica mais inteligível com estes dizeres: “Porém não se comerá nenhuma oferta pelo pecado, cujo sangue se traz à tenda da congregação, para fazer expiação no santuário; no fogo será queimada” (ARA; cf. NVI). Repare nesta explicação: “O sangue da oferta pelo pecado será aspergido no propiciatório, dentro do Santo de Santos; por esta razão, a carne também é muito sagrada para consumo humano” (VBB, nota de rodapé).

Em 10.17, Moisés mostra a santidade da oferta pelo pecado, quando diz que foi dada para os sacerdotes comerem, a fim de levarem a iniquidade da congregação e fazerem expiação por ela perante o Senhor. Todo este ritual é apresentado para ressaltar a importância de distinguir entre o santo e o profano. A incapacidade ou recusa em fazer essa diferenciação sempre é desastrosa (ver cap. 10).

Muitos escritores têm uma queda em relacionar o conceito de “santo”, mostrado aqui, com a idéia vigente em círculos religiosos pagãos. A comparação de Micklem é elucidativa.

Os comentaristas são propensos em dizer que esta “santidade” é mero tabu, mas o termo é capcioso. O objeto de tabu (o vocábulo é derivado das religiões primitivas da Polinésia) é perigoso por si mesmo, assim como é o misterioso domicílio do mana* ou poder mágico ou sobrenatural. Isto não é idêntico à idéia de que um objeto é sacrossanto, porque foi posto em relação com o Deus vivo. Não há que duvidar que havia muita superstição em Israel; mas esta concepção de santidade não é superstição. Como exemplo relativamente inadequado da situação contemporânea, o homem dos dias de hoje não considera que os túmulos “consagrados à memória” dos antepassados contêm algum poder sobrenatural; mas ele os trata com reverência e não como pedras comuns, por causa do uso ao qual foram dedicados. Era este, porém com mais brilho do que imaginamos, o sentido da santidade de coisas ligadas aos sacrifícios em Israel.²⁴

4. A Lei da Oferta pela Culpa (7.1-10)

Esta seção deve ser comparada com a narrativa mais longa registrada em 5.1 a 6.7. A semelhança entre a **oferta pela expiação do pecado** (ou oferta pelo pecado) e a **oferta pela expiação da culpa** (ou oferta pela transgressão) ganha destaque relevante aqui (7). A função sacerdotal na oferta pela transgressão está mais clara, e o texto anuncia as porções sacerdotais do **holocausto** e da **oferta** de manjares (8-10).

*De acordo com a crença animista dos povos polinésios, *mana* é a força ou poder espiritual proveniente dos elementos da natureza que exerce ação no homem ou nos objetos. (N. do T.)

5. A Lei da Oferta de Paz (7.11-38)

Os sacrifícios pacíficos (ofertas de paz) tinham três variedades: ofertas de louvores (12), ofertas votivas (16) e ofertas voluntárias (29). O primeiro tipo era oferecido por benefícios recebidos de Deus. O Salmo 107.22 fala de tal sacrifício feito depois da libertação de situações de perigo. A oferta de paz é a única oferta na qual o adorador tem permissão de participar. O **sacrifício de louvores** tinha de ser comido **no dia do seu oferecimento** (15). Allis propõe que esta ordem visava incentivar um espírito de compartilhamento, “convidando amigos ou vizinhos, sobretudo os pobres e necessitados, para participar desta ocasião festiva (Dt 12.12)”.²⁵ A perpétua bondade de Deus por seus filhos deve ser incentivo permanente ao compartilhamento alegre. Será que não haveria algo a ser aprendido com o fato de ser chamado **sacrifício de louvores** (12)? Será que há ou jamais deveria haver verdadeiros louvores que não custem nada àquele que agradece? **De toda oferta... um** (14) significa “um bolo de cada oferta” (RSV; cf. NTLH; NVI).

O **sacrifício** do seu **voto** (16, oferta votiva) era prometido a Deus na esperança de receber ajuda divina (Sl 66.13,14; 116.1-19). A oferta voluntária ou espontânea era oferecida quando o adorador se conscientizava das ternas misericórdias de Deus e de sua fidelidade ao concerto, sentindo-se obrigado a ofertar. O Tabernáculo foi construído originalmente com ofertas voluntárias (Êx 35.5,21). Esta tradução mostra com mais nitidez o caráter voluntário desta oferta: “Todo aquele que desejar apresentar sua oferta de paz [...] tem de levar uma porção [...] como doação” (29, VBB; cf. NTLH).

A característica da oferta de paz como ato de comunhão não estava óbvia em 3.1-17. Aqui, esta particularidade é esclarecida. A oferta, quer de gado, cordeiro ou cabra, se fosse para louvores, tinha de ser acompanhada por **bolos asmos** e **pão levedado**. Não se tratava de ofertas de manjares, pois não se colocava incenso sobre eles e nada era queimado no altar. Estes alimentos acompanhavam a oferta e contribuíam para mostrar a característica desta oferta como ocasião de comunhão entre Deus, o sacerdote e o povo. O uso do **pão levedado** (13) revela a diferença essencial entre esta oferta e o holocausto, que era queimado inteiro no altar, e as outras ofertas que recebiam o qualitativo de santíssimas.

Há instruções minuciosas sobre quando as ofertas eram comidas (15-17), quem poderia comê-las (20,21), o que podia ser comido (24-26) e quais porções pertenciam a quem (31-35). Estas instruções e a penalidade séria por desobediência — levar a **iniquidade** (18) ou ser extirpado do povo (20) —, põe em relevo a seriedade da adequação cerimonial em Israel. Isto não significa que a santidade exigida aqui era meramente cerimonial. A diferenciação entre a santidade moral e a santidade cerimonial não faz parte da legislação levítica. O desempenho cerimonial era considerado reflexo da atitude da pessoa para com o Senhor, cuja santidade era eminentemente moral.

O manual de instruções para os sacerdotes (6.8—7.38) conclui com um parágrafo conciso (37,38). Este registro chama a atenção dos israelitas para o fato de que esta legislação derivava sua importância e autoridade do Senhor, que os resgatara do Egito e que se revelara a eles no **monte Sinai** (38).

SEÇÃO II

A CONSAGRAÇÃO DOS SACERDOTES

Levítico 8.1—10.20

Os capítulos iniciais (1—7) de Levítico lidam com os sacrifícios que o Senhor exige em seu culto. Esta seção (8—10) apresenta ensinamentos relativos aos agentes da mediação: os sacerdotes. O sistema levítico admite este papel medianeiro dos filhos de Arão. Este fator prenuncia o quadro do Novo Testamento do verdadeiro culto fundamentado na função mediadora de Cristo. A importância da precisão na execução destes assuntos torna-se evidente com o destaque contínuo que o texto bíblico dá à obediência estrita às ordens do Senhor dadas a Moisés (cf., *e.g.*, 8.4,5,9,13,17,21,29,34,36).

O capítulo 8 narra a consagração dos sacerdotes, e o capítulo 9 descreve a inauguração do culto no Tabernáculo. O capítulo 10 conta a história de Nadabe e Abiú, e ressalta o perigo de o povo não observar o culto ao Senhor segundo as ordens dadas. O Senhor deve ser santificado naqueles que se aproximam dele, e essa ação tem de ser feita de acordo com o seu querer.

A. MOISÉS CONSAGRA ARÃO E SEUS FILHOS, 8.1-36

As estipulações ordenadas nos capítulos 28, 29 e 40 de Êxodo, concernentes aos ritos, sacrifícios e cerimônias da ordenação dos sacerdotes, agora seriam cumpridas por Moisés. Precisamos destacar que Arão e seus filhos não foram escolhidos por Israel. Deus os escolhera (cf. Hb 5.4,5). Tampouco consagraram a si mesmos. Moisés, na função de representante de Deus, exerceu este ato para eles. Com isso, constatamos o caráter limitado do sacerdócio levítico. Os sacerdotes não tinham de controlar Israel, mas ministrar perante o Senhor a favor de Israel. Aqui ocorre o estabelecimento da separação do ofício

de profeta, sacerdote e rei, que seria mantida até à vinda do Messias, pois ele preencheria todas as três funções simultaneamente.

1. A Preparação (8.1-9)

A gravidade dos fatos registrados aqui é indicada em cada detalhe apresentado. A consagração tinha de ser feita publicamente na presença de **toda a congregação à porta da tenda da congregação** (3). Nunca mais Arão e seus filhos seriam considerados israelitas comuns. Moisés os **lavou com água** (6), pois estar impuro no recinto santo ocasionaria a morte (Êx 30.19-21). Vestiu-os com as roupas feitas especialmente para eles. Descuido ou desobediência na questão do vestuário quando servissem na presença divina podia ser fatal (Êx 28.35,43).

Fazem-se necessárias algumas considerações sobre o **éfode** e o **Urim** e o **Tumim** (7,8). O trecho de Êxodo 39.22-26 descreve o **éfode**. Tratava-se de um traje exterior que ia dos ombros aos quadris, sendo preso à cintura por um cinto. Era feito de ouro, de pano azul, púrpura e carmesim e de linho fino torcido (ARA). Era objeto de grande valor e beleza. Sobre esta peça de roupa ia um peitoral confeccionado com material semelhante ao éfode. No peitoral, havia pedras preciosas bordadas. Era no peitoral que ficavam o **Urim e o Tumim**.

O sacerdote se servia do **Urim** e do **Tumim** para declarar a vontade de Deus (Nm 27.21; Dt 33.8,10). Como explicação tão plausível quanto outra sobre as características destes objetos é a sugestão de que se tratavam de duas pedras chatas: em um lado de cada uma das pedras estava escrito **Urim** (derivado de 'arar, "amaldiçoar") e no outro lado de cada uma delas estava escrito **Tumim** (derivado do radical *tamam*, "ser perfeito"). Deste modo se obteriam resposta afirmativa (Tumim-Tumim), negativa (Urim-Urim) ou indeterminada (Tumim-Urim; Urim-Tumim). Este tipo de dispositivo oracular era extremamente comum no mundo antigo. Talvez seja muito importante assinalar que as referências a esta prática são muito limitadas: pararam com Saul e não voltaram a ocorrer até o período pós-exílico, quando a profecia cessara em Israel (Ed 2.63; Ne 7.65).

2. As Unções (8.10-13)

Moisés ungiu com óleo os sacerdotes e as mobílias do Tabernáculo. No Antigo Testamento, o profeta (1 Rs 19.16), o rei (1 Sm 9.16; 10.1) e o sacerdote eram ungidos assim. Em hebraico, o verbo "ungir" (*mashach*) é o radical do qual se deriva a palavra Messias ("o ungido"). O Messias tinha de ser ungido não apenas com óleo, mas com o Espírito Santo (Is 11.2; 42.1; Lc 3.22). Aqui, a unção simboliza a separação dos sacerdotes para Deus e a investidura com o poder divino (*charisma*) necessário para o exercício do ministério santo. Micklem diz: "No antigo concerto, os sacerdotes eram ungidos com óleo, simbolizando o Espírito, e com sangue, simbolizando o sacrifício expiatório que ainda ocorreria. Os sacerdotes sob o novo concerto são simbolicamente ungidos com óleo e com sangue, mas não literalmente, pois hoje a realidade já chegou".¹

Moisés também ungiu o Tabernáculo e tudo que nele havia, indicando a separação ao Senhor e a aceitação cerimonial destes objetos. Quem lidava com os vasos (Is 52.11) e o Tabernáculo tinha de ser santo. A distinção entre pessoas e coisas não era tanta em Israel como é entre os homens de hoje. Ambos podiam ser santos e não-santos.

3. Os Três Sacrifícios (8.14-29)

Os sacerdotes e o Tabernáculo também tinham de ser expiados (15,34). Moisés ofereceu por Arão e seus filhos uma **expição do pecado** (14; “oferta pelo pecado”, ARA), um **holocausto** (18) e a oferta da **consagração** (22; “oferta de ordenação”, NVI). Arão e seus filhos, como as pessoas que iriam representar, precisavam de expiação. O sangue do **carneiro da consagração** (22) era colocado na **ponta da orelha direita**, sobre o **polegar da mão direita** e sobre o **polegar do pé direito** (23). O sacerdote tinha de *ouvir* a palavra de Deus, *encher* as mãos com o ministério das coisas santas e *andar* em lugares santos. Pelo que deduzimos, para o israelita antigo, ninguém devia ou podia exercer tal ministério sem a aspersão do sangue sacrificial e a separação completa para as coisas santas.

A palavra hebraica traduzida por **consagração** (*millu'im*), que é derivada do radical *malé'*, “encher”, indica o caráter desta separação. Onde nosso texto tem **vos consagrará** (33), o texto hebraico diz, literalmente: “vos encherá as mãos”. No versículo 27, Moisés tomou a **oferta de movimento** (cf. 25,26) e encheu as mãos de Arão e seus filhos, que, por sua vez, a moveram diante do Senhor. Pelo visto, as “mãos cheias” simbolizam o fato de que a vida do sacerdote tinha de ser cheia com nada mais que coisas santas. Ele não pertencia a si mesmo nem devia se sustentar. Tinha de viver do serviço do Tabernáculo (31,32), e sua vida tinha de ser dedicada exclusivamente a serviço de Deus em favor de Israel. Não seria este modo pictórico de dizer que o sacerdote, como Cristo aos doze anos de idade (Lc 2.49), tinha de “tratar dos negócios” de seu “Pai”?

4. A Consagração dos Sacerdotes (8.30-36)

Por **sete dias**, os sacerdotes ficavam isolados dos demais israelitas e das atividades normais para serem dedicados ao Tabernáculo e ao Senhor (33). Neste período, eram proibidos de sair dos arredores do Tabernáculo. A não observância desta separação forçada ocasionaria a morte. Desta forma, é apresentada a visão geral da consagração no Antigo Testamento a serviço do Senhor.

B. ARÃO ASSUME O OFÍCIO SACERDOTAL, 9.1-24

Este capítulo é um referencial da adoração no Antigo Testamento. Registra os primeiros sacrifícios públicos de Israel sob o regime do sacerdócio levítico. No capítulo 8, os sacrifícios foram oferecidos na ordenação de Arão e seus filhos, mas o povo ficou só observando; não participou. Agora, os sacerdotes começam de fato o ministério de mediação. Este era dia importante para Israel. O **SENHOR** apareceria para coroar a ocasião (4,23,24).

Para preparar o aparecimento de Deus, Arão ofereceu por si e seus filhos uma **expição de pecado** (“oferta pelo pecado”, ARA) e um **holocausto** (7,8). A oferta pelo pecado de Arão era um **bezerro** (2,8), e seu holocausto, um **carneiro** (2). Esta é a única ocasião (com o v. 3) na qual a legislação sacrificial exigia um bezerro. Rashi comenta a respeito do bezerro: “Este animal foi escolhido como oferta pelo pecado para anunciar ao sacerdote [Arão] que o Santo, bendito seja Ele, lhe concedeu expiação por meio deste bezerro por causa do incidente do bezerro de ouro anteriormente feito”.²

O pensamento judaico tradicional sempre vê significação em cada detalhe deste processo. Snaith ressalta que o **carneiro** era lembrança da obediência de Abraão em amarrear Isaque (Gn 22.9).³ Cita também a significação relacionada a estas ofertas que o Targum de Jerusalém menciona: o **bode** (15) é visto como lembrança do bode que os irmãos de José mataram (Gn 37.31, ARA); o **bezerro** (8) lembra o bezerro de ouro (Êx 32.4); e o **cordeiro** (3) recorda o fato de Isaque ter sido amarrado como cordeiro para o sacrifício (Gn 22.7). A própria sofreguidão em ver significado em cada detalhe sugere a importância que estes eventos representavam para o antigo Israel. **Segundo o rito** (16) significa “de modo regular” (Moffatt) ou “de acordo com as prescrições” (VBB; cf. NVI).

O fato de Arão apresentar a oferta pelo pecado e o holocausto a favor de si mesmo e de seus filhos mostra o auto-entendimento que o Antigo Testamento tinha das limitações de seu próprio sistema sacrificatório. Ninguém, nem mesmo o sumo sacerdote Arão, estava preparado para servir a Deus ou adorar a Deus sem que primeiro fosse feita expiação por ele. O escritor aos Hebreus (Hb 7.27) aceita esta realidade como prova da superioridade do novo concerto e de Cristo, o verdadeiro Sumo Sacerdote.

As ofertas de Arão pelo povo formavam um padrão para o culto de Israel ao Senhor. Arão ofereceu a **expiação do pecado** (“oferta pelo pecado”, ARA), o **holocausto** (3), o **sacrifício pacífico** (“oferta de paz”, NTLH) e a **oferta de manjares** (4). A omissão da oferta pela transgressão (culpa) confirma o fato de que esta oferta era primariamente para ocasiões em que ocorresse o dano e a reparação estivesse sendo feita.

A ordem dos sacrifícios revela o entendimento levítico acerca da aproximação apropriada a Deus na adoração. Keil comenta:

A oferta pelo pecado sempre era a primeira, porque servia para remover a alienação do homem com o Deus santo e para tirar os obstáculos à sua aproximação a Deus. Esta alienação era proveniente do pecado e retirada por meio da expiação do pecador. Depois, vinha o holocausto, como expressão da rendição completa da pessoa expiada ao Senhor; e por último, a oferta de paz, por um lado, como expressão vocal de agradecimento pela misericórdia recebida e oração para que ela continuasse e, por outro lado, como selo de comunhão do concerto com o Senhor na refeição sacrificial.⁴

A conclusão adequada para este culto é a presença do Deus vivo manifesto em sua **glória** ao **povo** (23). A palavra **glória** é termo peculiarmente bíblico. A idéia do radical hebraico (*kabed*) é “ser pesado, ter peso, pesado”. A forma substantivada é empregada no mundo antigo para aludir à aparência do esplendor que acompanha um grande personagem. Brockington explica que, na Bíblia, glória se refere “àquilo que os homens podem perceber, originalmente pela visão, da presença de Deus na terra”.⁵ Note o uso do termo em Ezequiel 1. A palavra fala das seguintes experiências em tempos e situações diversas: Israel no Sinai; Salomão e o povo quando o *Shequiná* encheu a casa de Deus; Isaías no Templo; os pastores nos arredores de Belém; e os discípulos no monte da Transfiguração.

O nome do santuário do Antigo Testamento, a **tenda da congregação** (5), em hebraico chamava-se “A Tenda do Encontro Marcado” (cf. NVI). É onde Deus mantém seu encontro marcado com o pecador quando este satisfaz as condições divinas. Deus

comparece inexoravelmente a este encontro. O ponto culminante deste dia de adoração foi atingido quando o **fogo** do Senhor veio e **consumiu o holocausto no altar** (24). Deus comungou com o povo do seu concerto, Israel.

Com o fim deste capítulo, o papel de Moisés como mediador começa a mudar. Aqui, é ele que leva Arão ao Tabernáculo. Assim, a subordinação do sacerdócio arônico é demonstrada a olhos vistos. Mas, neste momento, Moisés transmitiu todas as funções sacerdotais a Arão e seus filhos.

Arão e Moisés saíram do tabernáculo e ergueram as mãos abençoando todo o **povo** (23). Então, a **glória do SENHOR apareceu a todo o povo**. A bênção pode ter sido a registrada em Números 6.24-26. Na presença de Deus, o povo **jubilou e caiu sobre as suas faces** (24).

C. UM CASO DE SACRILÉGIO, 10.1-20

1. *Nadabe e Abiú* (10.1-7)

O capítulo 9 retrata a maneira apropriada de aproximar-se do Senhor e as consequências maravilhosas dessa aproximação decorosa. No capítulo 10, a cena passa a ser de tragédia. Israel vê os efeitos inevitáveis da aproximação presunçosa ao Senhor. A alegria e reverência da aparição da glória de Deus no capítulo 9 são substituídas pelo terror que sobrevém quando Deus age em julgamento contra o pecado.

O texto não registra a natureza do pecado de **Nadabe e Abiú** (1). Os comentaristas têm algumas sugestões: o incenso não foi feito de acordo com as instruções de Moisés (Êx 30.34-38); o fogo não era proveniente do fogo que estava queimando no altar (16.12); a oferta foi feita no momento errado (Êx 30.7,8); os infratores usaram incensários inadequados (os deles mesmos); Nadabe e Abiú assumiram uma função devida exclusivamente ao sumo sacerdote; ou eles estavam sob influência alcoólica (cf. 8-11). É impossível falar com certeza sobre este aspecto. O ponto essencial é que os dois sacerdotes exerceram funções sacerdotais de maneira oposta às ordens do Senhor. Moisés deixou claro que o Senhor deve ser **santificado** (3) naqueles que se aproximam dele, a fim de que Ele seja **glorificado diante de todo o povo**. Esta é uma ilustração de que, no Antigo Testamento, a obediência era muito mais importante do que o sacrifício (1 Sm 15.22).

O povo de **Israel** teve a permissão de lamentar esta grande tragédia (6), mas Arão e seus dois filhos restantes foram proibidos de mostrar as marcas normais de luto: descobrir a cabeça e soltar os cabelos ou rasgar as **roupas**. Não deviam dar a Israel a aparência de questionamento ou lamentação por causa do julgamento de Deus. Moisés os lembrou de que o **azeite da unção do SENHOR** (7) estava sobre eles. O serviço de Deus não pode ser detido por questões pessoais. O **incêndio** (6) seria “o fogo que o Senhor Deus acendeu” (VBB; cf. v. 2).

2. *A Proibição de Bebida Forte* (10.8-11)

A proscrição de vinho para os sacerdotes antes de servirem no Tabernáculo indica a seriedade do papel sacerdotal. Os sacerdotes tinham de distinguir para Israel **o santo e o profano, o imundo e o limpo** (10). Nadabe e Abiú falharam neste ponto e aparentemente agiram com presunção. Israel fica impressionado com a seriedade de semelhante

fracasso. Existe um modo certo de se chegar a Deus (cap. 9). Essa aproximação traz bênçãos. Para chegar-se a Deus e ser aceito, o homem não deve ousar ir de acordo com suas condições e a seu modo. Tentativas como estas causam desolação (cf. a história de Ananias e Safira, At 5.1-11).

A interdição de álcool para os sacerdotes quando em serviço divino é aplicável aos crentes hoje. Os cristãos sempre precisarão da habilidade de pensar com lucidez acerca do que é santo e do que não é. Hoje, é estatisticamente certo que alta porcentagem de acidentes automobilísticos com mortes é resultado direto da diminuição da capacidade de raciocinar do motorista por causa do álcool. Se fosse contada toda a história do dano espiritual e físico causado por este mal, ficaríamos convencidos da sabedoria divina desta ordem.

3. *As Instruções aos Sacerdotes* (10.12-20)

Moisés falou com **Arão** acerca das porções das **ofertas** que pertenciam aos sacerdotes para consumo próprio (12). Da oferta de manjares, os sacerdotes e suas famílias comeriam o **peito da oferta do movimento e a espádua** (o ombro) **da oferta alçada** (14). Os sacerdotes comeriam **no lugar santo** (12,13) a oferta pelo pecado oferecida a favor do povo (não a oferecida pelos sacerdotes a favor de si mesmos). Deus deu aos sacerdotes estas ofertas para que levassem a **iniquidade da congregação** (17).

Arão, por causa das tristes ocorrências daquele dia (19), não se sentira digno de comer a oferta e queimou-a no altar. Moisés o repreendeu severamente por isso (16-18), mas se satisfaz com as explicações de Arão (20). Enquanto o capítulo 9 narra um dia gloriosamente instrutivo, o capítulo 10 registra um dia trágico.

SEÇÃO III

AS LEIS RELATIVAS À IMPUREZA CERIMONIAL

Levítico 11.1—15.33

Os israelitas tinham de ser um povo santo, porque estavam em concerto com o Senhor, o Santo. Esse concerto requeria que todas as áreas desse povo santo tinham de estar em conformidade com as exigências de Deus. Estas exigências, até onde diziam respeito à adoração, estavam explicadas minuciosamente em Levítico 1 a 7. O estabelecimento do sacerdócio e o começo do ministério foram descritos na segunda seção (8—10). Os sacerdotes tinham de ensinar a diferença entre o santo e o profano, o limpo e o imundo (10.10). Esta terceira seção do livro revela o que o concerto significava nos assuntos pertinentes à vida cotidiana (caps. 11—15). Esta revelação está em termos do que é limpo e do que não é. Trata de questões dietéticas, o contato com carcaças de animais e a impureza cerimonial de pessoas, roupas, mobília e casas. O propósito de todos estes tópicos é declarado com todas as letras: para que Israel não se contaminasse (11.44).

A. A IMPUREZA CERIMONIAL CAUSADA POR ANIMAIS, 11.1-47

As palavras-chave desta seção são limpo, imundo, abominação, contaminar, santificar e santo. Um rápido olhar pelo capítulo 11 para contar as ocorrências destas palavras ressalta o propósito desta subdivisão: fazer a diferença entre o limpo e o imundo. Nos capítulos 11 a 15, só a palavra “imundo” e variantes ocorrem 100 vezes.

A diferenciação feita nestes capítulos soa estranha ao homem hodierno que pouco lê e sabe do mundo antigo. Talvez o ponto mais importante não seja as especificações do que é limpo e imundo, mas a motivação subjacente que exigia a delineação de tais limites. A verdade aqui é que Deus se preocupa com a vida total do seu povo, que nada está

fora do interesse divino. Porém, segundo o entendimento exarado no Novo Testamento sobre as exigências de Deus, é óbvio que muitos itens mencionados não têm significação moral ou ética.

O texto de Gênesis 7.2 registra nitidamente que este costume de diferenciar o limpo e o imundo é muito mais antigo que Moisés. O estudo dos outros povos antigos revela um sistema semelhante. O provérbio: “A mesma coisa feita por duas pessoas não é a mesma coisa”, tem sua aplicabilidade aqui. Eichrodt mostra que estas restrições, tão incomuns a nós, podem ter tido significação mais religiosa e, no final das contas, mais moral do que se pensa à primeira vista. Sua sugestão é que, por estas leis, tudo que tinha a ver com deuses estrangeiros ou seu culto era condenado como imundo. Animais, como o porco, figuravam nos ritos sacrificatórios cananeus. Ratos, serpentes e lebres foram proibidos, porque os povos antigos os consideravam possuidores de poder mágico especial.¹

Os povos antigos também reputavam que os processos da vida sexual e as práticas relacionadas aos mortos tinham significação mágica e espiritual. A identificação de deuses e deusas cananeus com a geração e o nascimento e dos deuses egípcios com o culto aos mortos ajudam a explicar as exigências legais nas coisas relativas a estas funções. Beber sangue como parte da adoração de certos animais, ou meio de induzir profecia extática, ou parte de rito orgíaco em contextos idólatras pode ter ligações com as leis pertinentes a sangue. Doenças que forçavam a separação das pessoas do grupo social e, por conseguinte, extirpavam os israelitas da comunidade do Senhor, eram vistas como doenças contagiosas. Isto levou Eichrodt a concluir que esta pureza ritual seria nada mais que símbolo, uma expressão externa, da inteireza espiritual ou perfeição moral.² Lógico que podemos dizer que a igreja de hoje não demonstra capacidade suficiente para discriminar entre o santo e o profano e entregar-se com determinação ao primeiro.

B. A IMPUREZA CERIMONIAL CAUSADA PELO PARTO, 12.1-8

Tradicionalmente, este capítulo é difícil para os comentaristas. O problema é explicar por que o parto estaria associado com a impureza. A fertilidade era obediência ao mandamento divino exarado em Gênesis 1.28. Os filhos eram recebidos como bons presentes de Deus (Gn 33.5) e tinham de ser altamente estimados (Sl 127—128). A mulher fértil era considerada abençoada, ao passo que a mulher que não tinha filhos era julgada estar sob maldição.

Certos estudiosos vêem aqui um dualismo oculto que percebia a carne humana como estando associada com o mal. Outros reputam que a impureza no parto era o resultado da queda do homem. Por conseguinte, a impureza era testemunho do fato de que o homem nasce para o pecado e a perdição, a menos que encontre Deus.

A chave para entendermos este breve capítulo talvez esteja na associação do parto com o mistério do sexo e da vida, e com os fluxos que acompanham a parturição. A análise deste capítulo está na mesma seção do capítulo 15, que trata da imundícia presente em vários fluxos. Pode ser que as considerações deste capítulo tenham estreita associação, particularmente com 15.19-27. Não devemos esquecer que havia infinitamente mais mistério relacionado à vida para o homem antigo do que para a mente hodierna. Micklem parafraseia assim os versículos 2 a 4: “Quando a mulher dá a luz um filho, a própria

intuição manda que ela permaneça em exclusão por uma semana; em seguida, o menino deve ser circuncidado; mesmo assim ela tem de ficar em casa um mês, e a primeira vez que sair deve ser para ir à igreja”.³ Na sociedade de hoje, a medicina moderna eliminou grande parte das complicações de parto, e o conhecimento biológico suprimiu o mistério. Diante disso, quem pode dizer que certos costumes não sejam necessários para restaurar o elemento gracioso de mistério e sacralidade em tais situações?

Há estreita identificação de certas deidades cananéias com a concepção e o nascimento. Talvez este fator tenha contribuído para a intensificação da legislação levítica relativa à impureza cerimonial ligada aos processos de nascimento. Outro fator igualmente válido seria a associação do nascimento com poderes mágicos e demoníacos vigente entre as nações vizinhas de Israel. Devemos afirmar, entretanto, que a impureza nos textos levíticos nunca é poder demoníaco em si mesmo. Como Kaufmann destacou, a impureza é nada mais que um estado de saúde precário e, comparada com as concepções pagãs, não é em si mesma fonte de perigo, visto que não é de origem divina ou demoníaca.⁴ Apesar de esta passagem ser tão estranha para o mundo moderno, é bastante compreensível do ponto de vista do antigo Oriente Próximo. O perigo estava em colocar o impuro em contato com a santidade. O poder destrutivo jaz na fonte da santidade. Fazia-se necessário um ato apropriado para restabelecer o imundo à comunhão redentora com a comunidade do concerto e o Deus do concerto. Neste caso, permitia-se à mãe voltar a participar na comunhão do concerto e na adoração.

Se fosse menino, teria de ser circuncidado no oitavo dia. A mãe de Jesus seguiu este padrão cuidadosamente (Lc 2.21). Era o sinal da participação no concerto dado a Abraão. Os críticos afirmam que a circuncisão só se tornou símbolo de iniciação em Israel durante e depois do exílio.⁵ Mas Gênesis 17, Êxodo 4.25 e esta passagem indicam outra coisa. Para apreciarmos o significado da circuncisão no antigo concerto, devemos notar a comparação com o batismo sob o novo concerto conforme Paulo descreveu em Colossenses 2.10-15.

C. A IMPUREZA CERIMONIAL CAUSADA PELA LEpra, 13.1—14.57

Em hebraico, o assunto sob análise aqui é chamado *tsara'at*. A Septuaginta traduziu este termo por *lepra*. O resultado é que uma coletânea de situações foi classificada pelo nome de **lepra**. Abrange pestilências que aparecem na pele dos homens, nas roupas que usam ou nas casas em que moram. O foco da seção está concentrado na questão da purificação e impureza, deste modo limitando as informações a este aspecto.

O termo comumente usado aqui é **praga** (13.2; lit., “surto, ataque”). A impureza é bastante séria para fazer que a pessoa contaminada tenha de ser excluída do acampamento (13.45,46). Se fosse roupa, a peça inteira ou a parte infetada devia ser queimada (13.52,57). Se fosse uma casa, as pedras contaminadas tinham de ser tiradas da casa e levadas a um lugar imundo, fora da cidade (14.40). Se a contaminação não mostrasse estar sob controle, a casa devia ser demolida e as pedras, as madeiras e a argamassa levadas a um lugar imundo (14.45).

O registro bíblico não fala sobre o tratamento do doente. Diante disso, há quem deduza que a doença era incurável. O interesse deste capítulo é primariamente identifi-

car a doença e oferecer providências para lidar com a impureza relacionada. A referência à **purificação** (14.2) indica nitidamente que era curável. Waterson julga que a lepra aqui diz respeito a uma variedade de doenças infecciosas, inclusive a própria lepra.⁶

1. *O Diagnóstico* (13.1-59)

Era dever do sacerdote determinar a presença de lepra e dar instruções relativas ao tratamento da concomitante impureza. Esta seção apresenta informação sobre a forma de o sacerdote identificar a lepra no corpo humano (1-46), numa peça de roupa (47-59) e numa casa (14.33-48). Pelo visto, a lepra na roupa era um tipo de mofo ou fungo. A lepra na casa era provavelmente uma forma de caruncho na madeira ou de líquen contagioso na pedra.

a) *A lepra no corpo* (13.1-44). Seis casos são tratados aqui: a **pústula** (2-8), a **empola** causada pela **úlcera** (18-23), a **empola** causada pela **queimadura de fogo** (24-28), a **chaga** no **cabelo** ou na **barba** (29-37), as **empolas** na **pele** (38-39) e a ferida na **calva** humana (42-44).

Se o sacerdote diagnostica prontamente que o caso é **lepra**, o indivíduo é de imediato declarado **imundo** (3). Se o sacerdote tem dúvidas, ele fecha o indivíduo por **sete dias** (4). Se a praga não se espalhou nos sete dias, o indivíduo ficará fechado **por outros sete dias** (5). Se a doença não se espalhou, **o sacerdote o declarará limpo**. O homem **lavará as suas vestes e será limpo** (6). **Se o apostema** (a pústula, 2) **na pele se estende grandemente**, **o sacerdote o declarará** leproso (7,8). **Se houver alguma vivificação da carne viva**, **o sacerdote o declarará** leproso (10,11). **Tornando a carne viva e mudando-se em branca**, ou **se a praga se tornou branca**, será declarado **limpo** (16,17). No caso de **queimadura**, se não se espalhou depois de sete dias, o indivíduo será considerado **limpo** (28). A **chaga** (30-37) diz respeito a uma mancha ou escabiose do escalpo. A calvície natural não era sinal de impureza (40,41).

b) *O isolamento da lepra* (13.45,46). O leproso tinha de se separar da sociedade. Suas **vestes** teriam de ser rasgadas, sua **cabeça, descoberta** (cf. “Deixa soltos os cabelos da cabeça”, RSV) e teria de cobrir o **beijo superior** (45). Estes eram sinais de luto (10.6). Banido da comunhão do povo, o leproso tinha de avisar de sua imundícia a todos que se aproximassem dele. Estava não só socialmente “morto”, mas era o portador de contágio que ocasionaria a mesma “morte” a quem ainda estava socialmente “vivo”. Não há ritual para limpar o leproso, mas há provisão para pronunciá-lo limpo caso se livrasse da doença. O fato de Jesus ter deixado um leproso tocá-lo indica a apreciação que o Senhor fazia de si mesmo. Ele transcendeu as leis da impureza cerimonial no ponto em que exortava os outros a observarem. A purificação dos leprosos também é indicação do ministério radical das curas de Jesus (Mt 11.5).

c) *A lepra nas roupas* (13.47-59). Tratava-se provavelmente de um fungo que aparecia nas roupas. Estas poderiam ser de **linho, lã** ou couro (47,48). Se a roupa tivesse manchas esverdeadas ou avermelhadas (49), o sacerdote tinha de retirar a peça de uso por **sete dias** (50). Se a **praga** tivesse se espalhado (51), era leprosa. O artigo de vestuário tinha de ser queimado. **Lepra roedora** (52) é “lepra maligna” (ARA) e, portanto,

contagiosa. Se a **praga** não tivesse se espalhado, a peça de roupa seria lavada e guardada por mais **sete dias**. Se não tivesse mudado de **aparência** (“cor”, ARA), as áreas infectadas seriam queimadas. Se a praga tivesse mudado de aparência, as áreas infectadas seriam rasgadas da roupa. Se a praga tivesse se espalhado, a peça de roupa tinha de ser queimada (53-57). Se com a lavagem da roupa, a praga desaparecesse, a roupa era lavada de novo e declarada limpa (58).

2. A Lei da Purificação (14.1-57)

Esta seção é dividida em duas partes. A primeira trata da lei regular de purificação para o leproso. A segunda diz respeito aos pobres que não podem cumprir as exigências habituais para a purificação. Uma terceira seção prescreve o ritual para a purificação de uma casa, e em seguida, apresenta as instruções para o diagnóstico de casas “leprosas”.

a) *O ritual regular de purificação* (14.1-20). O procedimento apresentado aqui em detalhes lembra a consagração dos sacerdotes (caps. 7—9) e o ritual para o Dia da Expição (cap. 16). Da mesma forma que houve o dia em que o leproso foi declarado imundo, agora há um ritual e tempo apropriados para a restauração do leproso à comunidade. Este ritual não era considerado meio de purificação, mas servia para atestá-la.

O indivíduo que tinha a doença era levado ao **sacerdote**, que o encontrava **fora do arraial** (2,3). O leproso não podia entrar no acampamento até que fosse declarado limpo. Se o sacerdote constatasse que a doença desaparecera, o imundo tinha de levar **duas aves**, um **pau de cedro**, **carmesim** e **hissopo** (4). Uma das aves seria morta num **vaso de barro** sobre **águas vivas** (5; “correntes”, ARA). A **ave viva** (6), o **pau de cedro**, o **carmesim** e o **hissopo** seriam submersos **no sangue da ave que foi degolada sobre as águas vivas** (ou correntes). Com estes, o sacerdote tinha de aspergir o imundo **sete vezes** (7). Depois, o sacerdote tinha de declarar o homem **limpo** e soltar a **ave viva** em **campo** aberto. O homem que fora imundo tinha de lavar as **vestes**, raspar os pêlos e cabelos, tomar banho e permanecer **fora da sua tenda por sete dias** (8). No **sétimo dia** (9), ele tinha novamente de raspar todos os pêlos e cabelos, lavar as **vestes**, lavar o corpo cuidadosamente e ser restabelecido à família e à sociedade.

No **dia oitavo** (10), o **sacerdote que faz a purificação** tinha de oferecer sacrifícios por quem fora imundo. Era a série total de sacrifícios levíticos: oferta pela culpa, oferta pelo pecado, holocausto e oferta de manjares. **Três dízimas** (10) é “6,6 litros” (VBB); **um logue** é “meio litro” (VBB). **Do sangue** (14) da oferta pela culpa, o **sacerdote** tinha de colocar **sobre a ponta da orelha direita, sobre o dedo polegar da mão direita e no dedo polegar do pé direito** do indivíduo a ser declarado limpo. Observe a semelhança do ritual para o restabelecimento do leproso com o usado para a consagração do sacerdote (8.23,24). Em seguida, o sacerdote tinha de aspergir o **azeite** diante do Senhor por **sete vezes** (16), besuntar de **azeite a ponta da orelha direita, o polegar da mão direita e o polegar do pé direito**, como fizera com o sangue (17), e derramar o **restante do azeite sobre a cabeça** da pessoa que estava sendo declarada limpa (18).

O propósito de tal cerimônia complicada era restaurar o indivíduo a seu lugar entre o povo do concerto de Deus. Tendo sido excluído da comunidade e da adoração, agora estava sendo reintroduzido no reino sacerdotal que se esperava que Israel fosse. Verificamos a seriedade da separação da comunidade nos detalhes deste ritual de restauração.

É comum as pessoas compararem a lepra ao pecado e considerarem esta passagem uma parábola. A lepra é insidiosa (raramente sendo percebida em seu começo), progressiva, penetrante, amortecedora, repugnante e isoladora.⁷ O caminho de volta à comunhão exigia expiação e consagração. O homem não foi feito para tal separação, e é obrigação da igreja abrir o caminho de volta para a pessoa que foi excluída.

b) *O ritual para os pobres* (14.21-32). Aqui, como em outros lugares, a legislação levítica faz ajustes para as ofertas do **pobre** (21). **Duas rolas ou dois pombinhos** (22) substituíam o **holocausto** e a **expição do pecado** (“oferta pelo pecado”, ARA); a **dízima** de um efa de **farinha** (21; “3,3 litros” segundo a VBB; cf. comentários no v. 10) servia para a oferta de manjares. A **expição da culpa** (24; “oferta pela culpa”, ARA) não foi diminuída. É lógico que esta era a condição mínima para a restauração à comunhão até para a pessoa mais pobre. Certas condições devem ser satisfeitas por todos.

c) *A lepra nas casas* (14.33-57). É significativo que esta orientação seja dada antes do futuro estabelecimento de Israel em Canaã. A passagem dá testemunho da promessa feita a Abraão (e.g., Gn 12.7; 13.17). A **praga** (34), provavelmente, é o desenvolvimento de fungos ou líquens. Sua fonte é divina (34b). A origem da lepra não estava relacionada a um espírito maligno. O Antigo Testamento dá pouca importância às causas secundárias e não atribui estas condições a um rival demoníaco do Senhor.

O homem que suspeitasse haver lepra em **casa** (35), tinha de chamar o **sacerdote**. Se houvesse dúvida, todas as mobílias deviam ser retiradas imediatamente da **casa** (36), para que não ficassem contaminadas e tivessem de ser destruídas. **Covinhas** (37, riscas; cf. ARA) de cor verde ou vermelha seriam as marcas indicadoras da lepra. Se estivessem presentes, a casa devia ser fechada por **sete dias** (38). Se a praga se espalhasse, as pedras contaminadas teriam de ser removidas para **fora da cidade num lugar imundo** (40). A **casa** seria raspada (41) e as raspas levadas para fora. Então, reconstruiriam a casa. Se a **praga** voltasse (43), a construção seria declarada **imunda** (44), demolida e os destroços levados para um **lugar imundo** (45). Todo aquele que entrasse na casa quando estivesse fechada seria **imundo até à tarde** (46). Quanto à frase **lepra roedora** (44), ver comentários em 13.51.

O ritual para a purificação requeria **duas aves**, um **pau de cedro**, **carmesim** e **hissopo** (49). O **cedro**, o **hissopo**, o **carmesim** e uma **ave viva** seriam imersos “no sangue” (51, ARA) da **ave degolada** e nas **águas vivas** (15; “águas correntes”, ARA). Com tudo isso, a **casa** seria aspergida sete vezes. A **ave viva** era, então, solta no **campo**. Desta maneira, a **expição** era feita **pela casa** (53). O capítulo conclui com um breve sumário (54-57).

D. A IMPUREZA CERIMONIAL CAUSADA POR FLUXOS, 15.1-33

Este capítulo trata das emissões dos órgãos genitais e a conseqüente impureza. A palavra **carne** (2) é usada eufemicamente para se referir aos órgãos sexuais. O texto examina quatro categorias: as emissões anormais (patológicas) dos homens (2-15); as emissões sexuais normais dos homens (16-18); o fluxo menstrual normal das mulheres (19-24); e os fluxos sangüíneos anormais das mulheres (25-30).

1. *As Emissões Anormais dos Homens* (15.1-15)

Todas as emissões dos órgãos sexuais ocasionavam **imundícia** (3) cerimonial. As emissões físicas resultavam em impureza após o término da emanação ativa. Dizia respeito não só ao indivíduo com o **fluxo**, mas também a todo aquele que o tocasse ou tocas-se algo em que o contaminado tivera contato íntimo. O valor higiênico desta legislação é evidente. Contudo, é difícil acreditar que esta legislação tivesse apenas propósitos sanitários. Pelo que inferimos, as pessoas doentes não tinham lugar no Tabernáculo ou na comunidade de adoradores. Esta é mais uma ilustração do fato de que, no mundo do Antigo Testamento, era muito difícil ter êxito em fazer diferença entre o aspecto físico e o espiritual, entre o lado religioso e o puramente secular. A impureza higiênica tornava o homem inaceitável à comunhão íntima com Deus ou com as pessoas. Israel percebia que estes aspectos externos tinham significação interna.

Para a purificação, o indivíduo **impuro** precisava lavar o corpo (10) ou qualquer coisa contaminada por ele, com exceção dos vasos **de barro** que tinham de ser quebrados (12). O imundo por fluxo tinha de contar **sete dias** (13) a partir da cessação da emissão anormal para se banhar e lavar as **vestes**. **Limpo** assim, ele deveria oferecer uma **expição do pecado** (15; “oferta pelo pecado”, ARA) e um holocausto de **duas rolas ou dois pombinhos** (14) para **expição** (15). Fica claro que esta reconciliação não é moral, mas se trata de restauração social à comunidade religiosa.

2. *As Emissões Sexuais Normais dos Homens* (15.16-18)

A impureza destas emissões é semelhante ao caso precedente, exceto que não havia exigência de purificação. O tempo (esperar até à tarde) e a lavagem do corpo e da roupa eliminavam a impureza. Não devemos supor que esta impureza signifique algo que Deus proibiu. A única contaminação proibida a um israelita leigo era ter relação sexual com uma mulher **menstruada**. O ponto central nesta passagem é manter o “impuro” afastado do “santo”. O perigo a ser evitado era contaminar o santo (note no v. 31 a referência a contaminar o Tabernáculo).

3. *O Fluxo Menstrual Normal das Mulheres* (15.19-24)

Este tipo de impureza é similar à da seção imediatamente precedente. O tempo (em vez de **até à tarde**, aqui é de **sete dias**), o banho e a lavadura da roupa removem a impureza. Não há necessidade de sacrifício, visto que esta é função normal da vida da mulher. **A sua imundícia** (24) significa “a menstruação dela” (NVI; cf. ARA; NTLH).

4. *Os Fluxos Sangüíneos Anormais das Mulheres* (15.25-33)

Este problema é tratado basicamente da mesma maneira que o problema analisado no parágrafo inicial do capítulo. **Sete dias** (28) após a cessação do fluxo, a mulher tinha de se lavar a si e a suas roupas (o texto indica isto, embora não o declare). No **oitavo dia** (29), ela devia fazer as ofertas.

Comparando este capítulo com a literatura paralela dos vizinhos pagãos de Israel, verificamos a que patamar ia a fé de Israel em contraste com a deles. Os conceitos de purificação e impureza cerimonial são comuns a Israel e seus vizinhos. É comum, também, o uso de lavagens e sacrifícios para a purificação. Na literatura não-bíblica, esta impureza estava relacionada aos demônios e poderes malignos. Os ritos purificatórios se

tornavam questão de conflito com as forças do mal. Havia, portanto, necessidade de encantamentos e feitiços mágicos. Na Bíblia, não há sequer um rastro de semelhante conflito. Falta a aura de terror dos espíritos produtores de impureza. Só o Senhor deve ser temido. E a obediência humilde às suas leis sempre coloca o ser humano de volta ao ponto em que é possível a aproximação a Deus e a retomada do lugar do indivíduo na comunidade religiosa.

Este capítulo dá mais notabilidade à história da cura da mulher com fluxo de sangue (Mc 5.25-34). O fato de ela tocar em Jesus fala que ela possuía fé de não contaminá-lo. Jesus não sentiu necessidade de se lavar após ter sido tocado. Esta condição revela que, embora nascido sob a lei (Gl 4.4), Jesus transcendia as reivindicações da lei. Ele não estava preso por ela. Como os fariseus devem ter ficado admirados e enfurecidos por ele não se sentir contaminado pelo toque de uma mulher cerimonialmente imunda! Alguém maior que Moisés chegara!

SEÇÃO IV

O DIA DA EXPIAÇÃO

Levítico 16.1-34

Este capítulo é o ponto alto do Livro de Levítico. Nele, Deus apresenta a expiação por Israel. Em outros lugares, fora possível fazer expiação pelas pessoas ou objetos. Aqui, a expiação é feita em prol dos sacerdotes, do próprio lugar santo, da Tenda do Encontro, do altar e de todo o Israel. Era a expiação de todas as impurezas, iniquidades, transgressões e pecados. Sob o antigo concerto, este é o momento em que o Senhor e seu povo, pela mediação do sumo sacerdote, têm a relação mais íntima possível.

Constatamos a seriedade desta ocasião pela referência à morte dos **dois filhos de Arão, quando se chegaram diante do SENHOR e morreram** (1). O ritual deste capítulo tinha o propósito de possibilitar a aproximação do sumo sacerdote na presença do Senhor sem ocasionar tragédia. Deus fala a Moisés para lembrar a **Arão** que até o sumo sacerdote não podia se chegar a Deus diretamente e sempre que quisesse. A organização religiosa de Israel era semelhante a uma pirâmide. Das doze tribos somente uma foi escolhida, a tribo de Levi, para servir na função sacerdotal. Dessa família, apenas um homem podia entrar na presença de Deus no Santo dos Santos, o santuário interno do Tabernáculo. Este homem, o sumo sacerdote, tinha permissão de entrar só um dia por ano: o Dia da Expição. Nesse dia, ele só podia ir à presença de Deus sob as circunstâncias mais minuciosamente prescritas. O Senhor é santo e não devemos nos achegar a Ele sem o devido cuidado para que a santidade não seja conspurcada. A diversidade de Deus — sua santidade — e a pecaminosidade do homem foram demonstradas com extrema dramaticidade no ritual deste dia em seu contexto histórico e nacional.

Felizmente, o comentarista não fica entregue à própria imaginação e discernimento sobre a interpretação das figuras e símbolos apresentados aqui. Na Epístola aos Hebreus, sobretudo no capítulo 9, há uma interpretação acerca da obra expiatória e medianeira de

d. “Comandante do exército”: *Benaia* (4.4). Como já foi mencionado anteriormente (2.35), **Benaia** foi promovido de um mero capitão da guarda real a comandante do exército, em substituição a Joabe.

e. *Os sacerdotes Zadoque e Abiatar* (4.4). Está claro que **Abiatar** já havia sido deposto (2.27,35). Não existe base para se supor que tenha havido um perdão. C. F. Keil, de Theodoret, explica que Abiatar tinha sido destituído da sua função sacerdotal, mas não de sua identidade ou dignidade sacerdotal, uma vez que esta era hereditária²¹. H. L. Ellison sugere que o nome Abiatar aparece aqui como uma prova da “escrita mecânica dos escribas”²².

f. “Sobre os provedores”: *Azarias, filho de Natã* (4.5). **Azarias** era o principal provedor sobre os administradores, cujos nomes e regiões são relacionados subsequente (7-19). **Natã**, o pai de **Azarias** e **Zabude**, era filho de Davi (não o profeta Natã; cf. 2 Sm 5.14). Azarias e Zabude eram, portanto, sobrinhos de Salomão.

g. *Um sacerdote* (também chamado do oficial-mor, ministro de Estado), *amigo do rei*: *Zabude* (4.5). **Zabude** era um dos conselheiros particulares do rei (veja 2 acima, sobre “Azarias, filho de Zadoque”).

h. *O mordomo: Aisar* (4.6). Introduzido por Salomão, este foi um posto permanente na corte de Jerusalém (cf. 18.3; 2 Rs 18.18). Nas referências bíblicas, este provedor está significativamente associado com o palácio, como governador ou como ministro de relações exteriores, e corresponde ao *vizir* ou primeiro-ministro do Egito. Este era o cargo ocupado por José; Faraó lhe disse: “Tu estarás sobre a minha casa” (Gn 41.40). A partir do que se conhece a respeito das suas responsabilidades em Gênesis, além dos detalhes de fontes egípcias, muito se sabe a respeito das atribuições do primeiro-ministro. Todas as manhãs ele se apresentava ao rei, a fim de relatar determinados assuntos e receber instruções para aquele expediente. Ele abria os gabinetes do palácio e dava início ao dia público. Ele encaminhava e selava todos os documentos importantes e supervisionava todos os departamentos: justiça, obras públicas, finanças, exército, etc.

i. “Sobre o tributo” ou “superintendente dos que trabalhavam forçados”: *Adonirão* (4.6). Trata-se provavelmente de Adorão (2 Sm 20.24) do gabinete de Davi. Aparentemente um jovem durante o reinado dele, continuou por todo o governo de Salomão e até o de Robão (12.18). Uma vez mais, os últimos copistas parecem não ter tido certeza sobre a correta grafia de seu nome.

6. Indicações para os Novos Distritos (4.7-19)

Os **doze provedores** (4.7) eram governadores-residentes, e cada um deles administrava a sua província ou o seu distrito para onde fora indicado. A tarefa mencionada especificamente era a de prover alimento para a corte de Jerusalém, cada um deles em um mês em particular. Muito provavelmente, este era o principal objetivo da coleta, porque se entende que eles eram coletores de impostos. Eles também formavam parte do exército permanente, criado na época de Davi, se não durante a

senta. Este é exemplo do fato de que, se duas interpretações são possíveis e uma delas tende a arrastar o Antigo Testamento ao nível dos vizinhos pagãos de Israel, esta interpretação é a preferida por certos críticos.

Não é necessário associar este ritual do bode expiatório com a adoração de sátiros ou demônios dos lugares rochosos do deserto. A palavra hebraica *azazel* é composta por dois elementos: *'ez*, que quer dizer “bode”, e *'azel*, que tem grande chance de ser proveniente do radical semítico que significa “ir para longe, ir embora, partir, desaparecer”. Portanto, como conclui Snaith, o significado seria simplesmente: “O bode foi embora”.³

É muito comum o Antigo Testamento se servir de uma figura para ilustrar um conceito. Aqui, o conceito ilustrado é o perdão: alguém, que não o pecador, leva o pecado embora. O verbo hebraico traduzido por **levará** (22) é usado no Antigo Testamento no sentido de “perdoar” (e.g., Sl 32.1; Is 53.4,12). O Antigo Testamento entende que o pecado é algo que tem de ser levado embora, e que o perdão significa alguém levar os pecados por outrem. Esta passagem é consistente com muitas outras passagens no Antigo Testamento. A base está fundamentada nesta e em outras passagens para entendermos corretamente a obra expiatória de Cristo. Não há que duvidar que esta passagem é parte do contexto histórico para compreendermos verdadeiramente as palavras de João Batista sobre Jesus: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29).

Depois que o bode foi despachado, Arão tinha de mudar de roupa (23), lavar o corpo (24) e fazer um **holocausto** a favor de si e **do povo**. O homem que levou o bode também devia lavar as **vestes** e tomar banho para **depois** voltar ao **arraial** (26). A pessoa que levou para **fora do arraial** as porções da **oferta pela expiação do pecado** (27; “oferta pelo pecado”, ARA) a fim de serem queimadas precisava igualmente lavar as **vestes** e tomar banho (28) antes de entrar **no arraial** novamente.

O fato de ser considerado **sábado de descanso** (31) e dia de jejum (este é o significado da expressão: **afligireis a vossa alma**, 29,31) destaca a solenidade deste ritual. Este jejum é mencionado em Atos 27.9 e era o mais rigoroso de todos os jejuns em Israel. A cerimônia deste dia tinha de ser **estatuto perpétuo** (31) para Israel.

C. ALGUMAS CONCLUSÕES

Não é difícil tirarmos conclusões óbvias deste capítulo sobre o que o Antigo Testamento entende quanto ao pecado e seu perdão. No antigo concerto, todas as pessoas estão em posição de igualdade. Arão tem de fazer expiação primeiro por si, depois pelo próprio Tabernáculo, pelo altar e pelo lugar santo, bem como por Israel. Todos tinham a mesma necessidade de expiação. Nada em Israel estava pronto de si mesmo para a comunhão ou uso por Deus. Todos precisavam da cobertura da expiação.

Ademais, é patente que ninguém pode expiar adequadamente os próprios pecados. A pessoa precisa da ajuda de outrem. Havia um bode que levava embora as transgressões. Os filhos de Israel estavam aprendendo que precisavam de Outro para levar-lhes os pecados. Este fato é apresentado com toda nitidez em Isaías 53.

Por fim, fica implícita a insuficiência do sistema levítico. As ordens para este Dia da Expição eram um estatuto perpétuo para Israel. O dia tinha de ser repetido anualmente. Este sistema não previa o perdão final de pecado. Implorava por um concerto melhor,

um grande Sacerdote e um Portador de Pecado mais excelente. Levítico não é suficiente. Precisa da Epístola aos Hebreus para ter seu cumprimento. Mas é certo que ninguém entenderá ou apreciará adequadamente a glória desta carta do Novo Testamento sem que entenda a série de episódios dramáticos apresentada aqui.

SEÇÃO V

A SANTIDADE NA VIDA DIÁRIA

Levítico 17.1—20.27

A. O ATO DE ABATER ANIMAIS PARA CONSUMO PRÓPRIO, 17.1-16

A maioria dos críticos vê nesta seção o começo do que se chamou Código da Santidade (caps. 17—26). Consideram um documento independente que foi incorporado ao chamado “documento sacerdotal” para, na opinião deles, completar a parte mais antiga de Levítico. Outros entendem que o capítulo 17 tem relação mais estreita com o texto precedente e é consequência lógica. Allis disse:

O Dia da Expição apresenta com excelência a significação do sacrifício na vida do povo do concerto. Destaca, também, a sacralidade exclusiva do sangue quando diz que neste único dia o sangue sacrificial é levado ao lugar santíssimo e aspergido na arca do concerto para a obtenção da remissão de todos os pecados de todas as pessoas. Diante disso, é apropriado que o capítulo seguinte ressalte particularmente os dois aspectos do sacrifício que dizem respeito especificamente a todas as pessoas.¹

Aqui, vale perguntar se os documentos antigos deveriam ser forçados a se ajustar aos cânones modernos da consistência lógica. O conteúdo deste e dos capítulos subseqüentes é material importante para o sacerdote ao servir no santuário e ao ensinar o povo.

1. *O Abatimento de Animais para Sacrifício* (17.1-9)

No mundo antigo, todo o ato de matar animais era considerado sacrifício. Em hebraico, a palavra habitual para aludir a sacrificar (*zabach*) significava, originalmente, “matar,

abater”. Há quem entenda que no antigo Oriente Próximo o uso de animais para consumo era raro e que toda matança estava relacionada com sacrifício. É bem possível. Não nos esqueçamos de que o mundo antigo não diferenciava o sagrado do secular na proporção que o homem ocidental faz. A vida estava envolta em mistério. Matar um animal acarretava implicações religiosas. Neste caso, o hebreu tinha de levar o **boi**, ou o **cordeiro**, ou a **cabra** (3) à **porta da tenda da congregação** (4) antes de matá-lo. Ali, seria morto como sacrifício pacífico (5; “oferta de paz”, NTLH) perante o **SENHOR**. O **sacerdote** oficiante tomava determinada porção do animal (6) e devolvia o restante a quem o ofertava. Assim, o ofertante recebia os alimentos, mas não antes de admitir ritualmente que o pão diário provinha de Deus.

A passagem também deixa claro que esta prática era orientada a um costume pagão comum no mundo daqueles dias: oferecer o animal abatido aos demônios do deserto. A palavra hebraica traduzida por **demônios** (7) significa “os cabeludos ou os bodes” (“os ídolos em forma de bode”, NVI; “os sátiros”, RSV). Os antigos julgavam que o mundo não-bíblico de então estava cheio de espíritos. Era freqüente a adoração destes espíritos ser acompanhada pela conduta mais indecente. Sacrificar a estes **demônios** significava prostituir-se. Desconhecemos a seriedade plena desta prática, mas é certo que a passagem visava prevenir associação que seria prejudicial à fé religiosa de Israel.

2. A Significação do Sangue e Sua Proibição (17.10-16)

Talvez as exigências da seção precedente tivessem o propósito de evitar o consumo de sangue. Não se tratava de novo quesito na legislação levítica (cf. Gn 9.4). O sangue era o componente mais religiosamente significativo na vida dos israelitas. Deus disse: **Vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma, porquanto é o sangue que fará expiação pela alma** (11). Por ser o meio da vida física e o elemento mais importante na expiação do pecado, o sangue era peculiarmente do Senhor. Comer sangue era convidar a excomunhão de Israel — ser extirpado **do seu povo** (10). Esta regra se aplicava aos **filhos de Israel** e ao **estrangeiro que peregrine entre vós** (12). Até o **sangue** do animal morto na caça tinha de ser cuidadosamente derramado no chão e coberto **com pó** (13). Era, provavelmente, ação que indicava o respeito que teria de ser dado ao sangue. O animal que morresse por causas naturais (o **morto**) ou o que fosse **dilacerado** por animais selvagens (15) não devia ser comido; existia o perigo de haver sangue na carne. Estes animais não podiam ser usados para consumo em Israel.

B. OS REGULAMENTOS SOCIAIS, 18.1—20.27

A legislação nesta seção abrange ampla gama de assuntos. Revela até que ponto a lei tinha o propósito de regular todos os aspectos da vida humana. Para quem estava em relação de concerto com o Senhor não havia parte da vida isenta do domínio divino. Esta seção tem a característica repetitiva da expressão: **Eu sou o SENHOR**, e a variação: **Eu sou o SENHOR, vosso Deus**. Estas expressões aparecem 20 vezes nos capítulos 18 e 19. Israel tinha de ser diferente das outras nações (18.3), porque o Senhor é diferente. Essa diferença é a santidade divina. Os versículos finais desta seção (20.24-26) identificam que o Deus de Israel é o **SENHOR, vosso Deus, que vos separei dos povos** (24).

Em 20.26, ficamos conhecendo o propósito da separação: **para serdes meus**. Esta subdivisão revela algo do que significa ser santo nas relações sociais e religiosas.

Esta legislação mostra uma das coisas que a tornam inigualável no mundo antigo. Como diz Eichrodt, há a expressa determinação de relacionar “a totalidade da vida com a vontade absolutamente predominante de Deus”. E o apelo à natureza de Deus, reputando-a como a verdadeira sanção, remove a lei “firmemente da esfera da arbitrariedade e relativismo humanos e a fundamenta na esfera metafísica”.² O apelo não é meramente ético; é religioso. Em nossos dias, o apelo para os homens fazerem o que é certo se baseia, em grande parte, em razões utilitárias e humanitárias. Tal apelo está perdendo força cada vez mais. Não seria, então, o momento de este mundo secular se voltar a estas páginas antigas e receber ensino? A base para determinar o certo e o errado é a Palavra de Deus. Até agora não há sociedade que sobreviva sem que sua ética moral goze de sanção religiosa.

1. *As Relações Sexuais Ilegais* (18.1-30)

a) *De onde obtemos os padrões?* (18.1-5). Este capítulo é dirigido aos **filhos de Israel** (2). O **SENHOR** é o **Deus** deste povo que, por esse motivo, tem de ser diferente das outras nações da terra. Os israelitas não devem assumir os padrões do **Egito** (3), de onde vieram, nem de **Canaã**, para onde vão. Devem assumir os padrões do Senhor que lhes dá estes **estatutos e juízos** (5). Há a promessa de que, se aceitarem o caminho do Senhor, os israelitas viverão. Aqui vemos a extraordinária diferença entre o crente em Deus e o não-crente. O mundano assume padrões pelo contexto em que vive; o crente, do seu Deus.

b) *Os padrões sexuais* (18.6-23). Esta seção trata da proibição de intimidade sexual em certas relações familiares. Os comentaristas procuram determinar se estas ordens têm a ver com o casamento ou não. É lógico que algumas relações analisadas aqui não prevêem ocorrência dentro dos laços matrimoniais legítimos. Contudo, não seria inadequado pensar que esta seção forneceu base para possíveis ligações matrimoniais. As leis matrimoniais modernas estão, em sua maioria, baseadas nas limitações registradas aqui.

A seção começa com as relações mais próximas, **pai e mãe** (7), e vai para as mais distantes, por exemplo, a **mulher de teu irmão** (16). **Descobrir a nudez** (6) significa “ter relações sexuais” (cf. NTLH). O hebraico usa duas palavras para se referir a “carne”. Uma tem o sentido de “a carne interna, cheia de sangue, junto aos ossos”, enquanto a outra quer dizer “a carne próxima da pele”.³ A primeira palavra é a usada ao longo deste capítulo. No versículo 6, ambas são usadas: **parenta da sua carne**, cuja tradução literal é “carne da sua carne”. A proibição examinada aqui diz respeito a incesto. A legislação levítica é rígida quando se trata de proteger a santidade dos laços matrimoniais para afastar os problemas resultantes da promiscuidade. Deus se preocupa com a pureza das relações íntimas designadas a serem praticadas dentro desse laço. Este padrão estava em explícito conflito com a prática dos vizinhos de Israel.

É freqüente o versículo 16 ser citado como ordem opositora ao levirato (cf. comentários em Gn 38.8). Na realidade, o versículo 16 fala contra a intimidade sexual com a esposa de um irmão enquanto este ainda vive.

O significado do versículo 18 é: “Enquanto sua esposa ainda estiver viva, não tome a irmã dela por rival” (VBB; cf. NVI; NTLH).

No versículo 21, entendemos que a menção a **Moloque** tenha a ver com o rito pagão de jogar crianças nas chamas do fogo sacrificial. O texto hebraico não menciona a palavra *fogo* (note que o termo está grifado na RC, indicando que é adição do tradutor, e não ocorre na ARA, NTLH e NVI). Por causa do contexto que trata de irregularidades sexuais, Snaith sugere que a proibição diz respeito a dar crianças aos santuários para serem treinadas como prostitutas ou prostitutos.⁴ As referências no Antigo Testamento não são bastante claras e o nosso conhecimento dos vizinhos de Israel não é suficientemente extenso para sabermos exatamente o que está envolvido aqui. A única indicação é o uso ilícito de crianças provavelmente em situações sexuais. Visto que a homossexualidade e a bestialidade eram conhecidas nos círculos religiosos cananeus, poderíamos considerar que os versículos 21 a 23 formam uma unidade. São práticas deste tipo que esta legislação e o texto de Gênesis 15.16 prevêm serem as razões para Deus permitir que os cananeus percam a posse da terra (cf. vv. 24,25).

c) *Aviso ao povo do concerto* (18.24-30). Este capítulo se encerra com um aviso a Israel. Se levarmos a sério Gênesis 15.16 e 50.24,25, parte da fé de Israel era a certeza de que Deus ia dar a terra de Canaã para os israelitas e desapropriar os cananeus. Agora, Deus avisa a nação que esta promessa não é automática nem incondicional. Se os israelitas fossem condescendentes com a iniquidade do povo expulso, então Israel também seria vomitado da **terra** (28). Deus é santo e suas promessas são moralmente condicionadas. A palavra solene: **Eu sou o SENHOR, vosso Deus** (30), é a firme garantia dessa verdade. a

2. A Santidade e Algumas Leis Diversas (19.1-37)

Percebemos nitidamente que este capítulo é uma unidade em si mesma. Este fato é patente pela fórmula introdutória (1; cf. 18.1; 20.1). O tema é indicado na ordem: **Santos sereis** (2). Este capítulo revela o que a legislação levítica entendia por santidade na vida diária. Para o leitor moderno, parece uma compilação de exortações diversas que abrangem uma vintena ou mais de assuntos. À primeira vista, não tem padrão organizacional. Porém, sua natureza desconexa não deve nos impedir de vê-la como unidade. Trata-se de coletânea extraordinária de assuntos vários comparável a Romanos 12 e 13. Talvez um estudo dessas duas passagens mostre as semelhanças e dessemelhanças na compreensão do viver santo na vida diária do ponto de vista do antigo e do novo concerto. Aqui estão certos princípios elementares de maior destaque do Antigo Testamento.

Em 19.1-4, encontramos “A Santidade, a Palavra-Chave de Levítico”. 1) Deus é a Fonte de toda a santidade, 1,2; 2) Deus é o Padrão da santidade, 2; 3) Santidade é separação do mal e separação para Deus, 3,4 (G. B. Williamson).

Há a sensação de que este capítulo é uma miniatura da lei levítica. Repare no conteúdo: respeito pelos pais e pelos **sábados** (3); abstinência da idolatria (4); procedimento correto dos sacrifícios pacíficos (5-8); preocupação pelos pobres e estrangeiros ao não fazer uma colheita total das plantações (9,10); proibição de roubar, mentir e negociar com **falsidade** (11); de jurar falsamente e profanar o nome de Deus (12); de se aproveitar do **surdo** e do **cego** (14); de fazer julgamentos injustos (15); de fofocar (16); de odiar o **próximo** (17); de se vingar (18); de misturar raças, sementes ou tecidos (19); de comer o

fruto das três primeiras safras de árvores frutíferas (23,25); de comer **sangue** (26); de praticar ocultismo (26b,31); de cortar o cabelo imprópriamente ou de se golpear **pelos mortos** (27,28); de prostituir a própria **filha** (29); de fazer transações comerciais desonestas (35,36); ordem para respeitar os mais velhos (32); amor pelo **próximo** e pelo **estrangeiro** como o amor que se tem por si mesmo (18,33,34). Não deixe de notar que a lista indica o caráter humanitário da lei levítica.

Não aceitarás (15) significa “não serás parcial” com o pobre (RSV). **Nem respeitars o grande** significa “nem mostrarás preferência” por ele (ATA; cf. NTLH; NVI). Pôr-se **contra o sangue do próximo** (16) era arriscar a vida por falso testemunho (NTLH). O significado do versículo 17b é: “Repreendam com franqueza o seu próximo para que, por causa dele, não sofram as consequências de um pecado” (NVI).

Este padrão se aproxima do padrão do Novo Testamento quando proíbe a vingança e exige o amor pelo próximo e pelo estrangeiro como se tem por si mesmo. A menção de **estrangeiro** (34) torna imaterial se o **próximo** significa “o israelita próximo”, como diz Snaith, ou “qualquer próximo”.⁵ Este capítulo inteiro é passagem extremamente prática e serviu para ensinar aos antigos hebreus o que significava viver uma vida santa.

A maior parte do capítulo dispensa comentários. É, em sua maioria, de caráter obrigatório, declarado no modo imperativo negativo ou em ordem direta e positiva na segunda pessoa. Não diferencia entre as exigências cerimoniais e as exigências éticas. O Senhor é a sanção por trás de ambas. O principal assunto é a justiça e retidão social, mas também a religião apropriada.

Alguns quesitos são estranhos ao leitor moderno. A proibição de misturar **semente** e tipos de tecido (19) ilustra o *princípio da separação*. Os judeus o chamavam *habdalah*, tendo de caracterizar tudo que diz respeito à vida. O que Deus separou, eles tinham de manter separado. Pelo visto, produtos híbridos são proibidos. Talvez tenham existido elementos cuja significação há muito se perdeu para nós. O texto de Deuteronômio 22.9-11 repete e amplia o material que se encontra aqui. A proibição de comer fruto de árvores novas (23) é, como ressalta Snaith, um princípio agrícola que permitiria as árvores produzirem frutos melhores.⁶ As primícias, ou primeiros frutos, pertenciam ao **SENHOR** (24). Talvez achassem que os frutos produzidos nos primeiros três anos não eram oferta aceitável ao Senhor. O termo **incircunciso** (23) é a maneira hebraica de dizer que o fruto é “vedado” (ARA) para os israelitas ou que as frutas foram “proibidas” (NVI) para consumo.

Os versículos 20 a 22, que tratam da **serva**, ou “escrava” (ARA), ilustram as limitações do antigo concerto. Este é exemplo de um dos grandes perigos da escravidão. A moça envolvida estaria à plena disposição do seu senhor. A palavra **desposada** (20) é enganosa. Claro que ela estava prometida, mas ainda não fora feito o pagamento. Se fosse noiva ou casada, a pena teria sido a morte de ambos (cf. Dt 22.23,24). A mulher aqui estava à disposição do seu senhor como estava Agar (Gn 16.1), ou Bila e Zilpa (Gn 30.4,9). O vocábulo hebraico usado é *shiphchah* e não *'amah*. Significa escrava que pertence a seu senhor. A legislação levítica não considerava que este ato fosse necessariamente violação do sétimo mandamento. **Serão açoitados** (20) é melhor “será feita uma investigação judicial” (VBB). **Na vara** (35) seria em “medidas [...] de comprimento” (NTLH).

Este capítulo é excelente ilustração do fato de que a legislação levítica procurava colocar a totalidade da vida humana e suas relações sob o controle soberano do Senhor. O

capítulo começa com a ordem para ser santo, porque o **SENHOR** é o **Deus** de Israel (2). E termina com a ordem de observar estes estatutos e ordenações, porque foi **Deus** que tirou Israel **da terra do Egito** (36). Desta forma, as reivindicações da lei levítica estão, na verdade, fundamentadas no fato da graça.

3. *Moloque, o Ocultismo, Pais e Aberrações* (20.1-27)

Este capítulo retoma grande parte dos assuntos tratados no capítulo 18. Porém, no esforço de revelar a seriedade extrema destes pecados, estipula as penas. Conclui com uma exortação à santidade mais longa do que a do término do capítulo 18.

a) *Mais sobre Moloque* (20.1-5). Não sabemos de tudo que está envolvido em dar crianças a **Moloque** (3; cf. comentários em 18.21). O texto nos informa que a pena era a morte por apedrejamento. Deus também colocaria a **face contra esse homem** e o extirparia **do meio do seu povo** (3). O israelita que desse sua **semente**, ou “seus filhos” (ARA), para Moloque, equivaleria, disse Deus, a **contaminar o meu santuário e profanar o meu santo nome**. Tratava-se de adultério espiritual.

O texto de 2 Reis 23.10 é determinativo para a maioria dos estudiosos explicar esta prática. A passagem fala sobre fazer “passar a seu filho ou sua filha pelo fogo a Moloque”. Há evidências em achados púnicos que os cartagineses queimavam crianças em sacrifícios. Elas eram colocadas nos braços de uma estátua de bronze do deus Crono. Dali, caíam rolando para o fogo sendo totalmente queimadas. Estas referências em Levítico estão devidamente interpretadas.⁷ Temos de lembrar que é bastante extenso o intervalo cronológico entre o material púnico e estas referências. Como mencionamos em 18.21, Snaith propõe que o significado é dar filhos e filhas à prostituição cultural.

b) *Acerca do ocultismo* (20.6-8,27). A proibição bíblica de magia é importante para entendermos como atuava o monoteísmo revolucionário em seu mundo. As religiões pagãs proibiam a magia negra, quer dizer, a magia que ocasionasse dano aos homens. Mas a Bíblia não faz esta diferenciação. Não é concedente com a afirmação de que haja ajuda sobrenatural para o homem além do Senhor. Tentar obter ajuda pelo ocultismo era negar a soberania do Senhor e equivalia à idolatria. Feitiçaria, bruxaria e magia são problemas tão sérios na sociedade hodierna quanto eram no mundo antigo. O cristão deve ser muito cuidadoso em se manter intencionalmente dependente só do Senhor conforme a ordem dada a Israel. O uso do ocultismo (6) ou sua prática (27) significava morte. **Santificai-vos** (7) aqui significa “separai-vos” com a finalidade de obedecer a Deus.

c) *Respeito pelos pais* (20.9). Igualmente sério era o pecado de amaldiçoar os pais. Em Êxodo 21.17, a pena para este pecado era a morte. A frase: **O seu sangue é sobre ele**, significava que as leis de vingança de sangue não se aplicavam neste caso (cf. Ez 18.13).

d) *Aberrações sexuais* (20.10-21). Este parágrafo sobre conduta sexual ilícita é semelhante ao encontrado em 18.6-20,22,23, com a diferença de que aqui são apresentadas as prescrições das penas. As relações sexuais proibidas são estas: **com a mulher do seu próximo** (10), **com a mulher de seu pai** (11, não a própria mãe), **com a sua nora** (12), com pessoa do mesmo sexo (13), com animal (15), com a **mulher** e sua filha (14), com

irmã ou meia-irmã (17), com a mulher menstruada (18), com **tia** (19), com a esposa do **tio** (20) ou com a **mulher de seu irmão** (21). Todos estes pecados foram proibidos sob pena de os culpados serem mortos, extirpados do povo ou, por ato divino, ficarem **sem filhos**. A referência a morrer **sem filhos** talvez signifique a sentença de morte para os participantes, o que impediria a possibilidade de descendentes. **Confusão** (12), aqui, significa “incesto” (RSV).

e) *Advertência e exortação* (20.22-26). Este parágrafo é bastante parecido com o trecho de 18.24-30. Deus adverte os israelitas que a terra os vomitará, caso não se separarem do estilo de vida dos cananeus. Israel deve ser um povo **santo** para habitar em uma terra santa e andar com um Deus **santo**.

SEÇÃO VI

A SANTIDADE DOS SACERDOTES

Levítico 21.1—22.33

A chave para esta seção está em 21.6,8. Os sacerdotes tinham de ser santos ao Senhor, porque eles apresentavam as **ofertas** (6) a Deus. Tinham de se proteger da contaminação que ocorria por contato com o **morto** (1,2; exceto em casos que envolviam pessoas próximas da família, como **mãe, pai, filho, filha, irmão** ou **irmã** solteira). As referências a cortar os cabelos, a **barba** ou golpear a **carne** (5) diziam respeito a luto pelos mortos. A passagem de 19.27,28 proíbe tais procedimentos de luto para todo o Israel.

A **mulher** (7) do sacerdote tinha de ser aceitável. Ao casar, devia ser virgem. O texto estipula que não podia ser meretriz. Esta ordem reflete o fato indubitável de que a prostituição cultual era comum entre os vizinhos de Israel. A **filha do sacerdote** (9) tinha igualmente de se manter pura. A prostituição da filha do sacerdote era punível com a morte. O sacerdote e sua família imediata tinham de ser santos.

As estipulações para o **sumo sacerdote** (10) eram ainda mais rigorosas. Ele **não** devia **descobrir a cabeça**, nem rasgar as **vestes** — sinais de luto permitidos aos sacerdotes comuns. Tinha de se casar com **virgem** (14) das filhas de Israel, caso contrário, sua **semente** (15) seria profanada. Ele era o símbolo da mais alta pureza. Não devia haver nada nele que contaminasse o **santuário** (12). A expressão: **Nem sairá do santuário**, refere-se provavelmente a sair com a finalidade de ficar de luto e não significa que tinha residência fixa dentro do Tabernáculo.

O sacerdote não podia ter **falta** (17), ou “defeito físico” (NTLH; cf. ARA). Neste aspecto, tinha de ser como os animais que eram oferecidos para os principais sacrifícios. Tinha de ser fisicamente são e sexualmente sadio (20d). O defeito físico impediria o filho de Arão servir no lugar santo, mas não o privaria dos outros direitos pertencentes

aos sacerdotes (22). Significava tão-somente que o homem só podia se aproximar do **véu** ou do **altar** (23), se fosse fisicamente perfeito.

O sacerdote, quando estivesse **imundo** (22.6) por qualquer razão (1-9), não devia tocar as **coisas santas** (2). Aqui, há uma lista de modos em que o homem poderia se contaminar. O sacerdote **imundo** (e todo sacerdote ficaria, às vezes) tinha de esperar **até à tarde** (6) e tomar banho para poder comer das coisas santas (cf. cap. 13; 15.1-12). O sacerdote que fosse descuidado neste ponto traria sobre si **pecado** (9) e lhe ocasionaria a morte. **Eu sou o SENHOR que os santifico** significa “eu sou o Senhor que os separo” (VBB) para um ministério especial.

Todos os membros legítimos da família do sacerdote podiam tomar parte das **coisas santas**. Mas estas pessoas não: o **estranho** (ou “estrangeiro”, ARA), o **hóspede**, o **jornaleiro** (10; ou “empregado”, NVI) ou a **filha**, que agora fazia parte da família do marido (12). Todo membro próximo podia participar: a **filha do sacerdote** que fosse **viúva** ou **repudiada** (13; ou “divorciada”, ARA), ou o “escravo” (11, ARA). Se alguém, por engano, comesse das **coisas santas**, precisava devolver a quantidade consumida mais um **quinto** como reparação (14). Os versículos 15 e 16 são uma declaração sumária: “Os sacerdotes não profanarão as ofertas sagradas que os israelitas apresentam ao SENHOR” (15, NVI; cf. NTLH).

O parágrafo final nesta seção (22.17-33) enfatiza que Deus não aceitava oferta que tivesse **defeito** (20), exceto no caso de **oferta voluntária** (23). A oferta tinha de ser perfeita. Os sacerdotes não deviam aceitar sacrifícios defeituosos dos próprios israelitas ou da **mão do estrangeiro** (25). O animal recém-nascido só era aceitável depois do **dia oitavo em diante** (27). O animal e sua cria não podiam ser abatidos no mesmo **dia** (28). A obediência a estes assuntos refletia a separação dos israelitas ao **SENHOR** (31) e lhe permitia santificá-los para si mesmo (32).

SEÇÃO VII

OS DIAS SANTOS E AS FESTAS

Levítico 23.1-44

Este capítulo apresenta as reuniões marcadas de Israel com o seu Deus. O termo traduzido por **solenidades** (2) é a palavra hebraica *mo'ed*, que significa “hora marcada”. A lista relacionada aqui trata das **santas convocações** (2), entre elas, as três grandes festas (*chaggim*) anuais. A palavra *solenidades* (*mo'ed*) enfatiza a fixação da época e da reunião, ao passo que o termo *convocações* salienta o caráter festivo ou alegre. A adoração de Israel tinha de ser fator de alegria. Há verdadeira liberdade quando o dever é um prazer. Este era o plano de Deus para Israel.

A. O SÁBADO, 23.3

O **sábado** era um sinal especial do concerto de Deus com Israel (Êx 20.8-11; 31.12-17), embora não fosse desconhecido antes do Decálogo. Gênesis retrata que o sábado está baseado no padrão divino registrado na criação (Gn 2.1-3). Deus destacou este ponto para Israel quando deu o maná (Êx 16.5,22-26). Pelo que deduzimos, era observância distintamente israelita, não compartilhada com seus vizinhos cananeus.¹ Tratava-se do Dia do Senhor, e a razão básica para observá-lo era que pertencia a Deus. Dar um dia a Deus era importante reconhecimento de que todo o tempo lhe pertencia, da mesma maneira que dar o dízimo reconhecia sua propriedade soberana de todas as coisas. Profanar o sábado era ato extremamente sério. A violação ocasionaria a pena de morte (Nm 15.32-36). A posição do sábado neste capítulo comprova que este era o dia santo básico para Israel.

A observância era a cessação de todo trabalho. O **descanso** indicado para este dia é mais completo que o designado para as outras ocasiões sagradas. Note a diferença entre **nenhuma obra** (3) com **nenhuma obra servil** (7,8,21,25,35,36; “laboriosa”, RSV). Talvez a atitude de Israel para com o sábado como instituição religiosa básica tenha algo a ver com nossa época, quando o Dia do Senhor ficou quase indistinguível dos outros.

B. A PÁSCOA, 23.4-8

Nossa atenção é dirigida às verdadeiras **solenidades** (4; “festas fixas”, ARA) de Israel. A primeira é a **Páscoa** ou **Festa dos Pães Asmos** (5,6; “Festa dos Pães Asmos”, ARA), a mais importante das festas anuais. No pensamento crítico atual há forte insistência para reputar que esta festa, como também a Festa das Semanas e a Festa dos Tabernáculos, eram festas originalmente agrícolas que Israel copiou dos vizinhos pagãos e pouco a pouco as transformou nas festas bíblicas apresentadas aqui. Só podemos dizer que o texto que temos em mãos não contém reflexos de tais origens.

É verdade que os vizinhos de Israel tinham festas agrícolas e pastorais que, de certo modo, eram análogas. Mesmo em Israel, havia nítida consciência do ciclo natural, e estas três festas comemoram três fases do ano agrícola: o corte do primeiro molho ou feixe de cereais, o fim da colheita de cevada e de trigo e a colheita das uvas. Os israelitas estavam cômicos de que o Senhor era o Doador da generosidade da natureza (cf. cap. 26). Era adequado reconhecerem nas festas a dependência que tinham de Deus para terem o pão diário.

O fato exclusivo em Israel era a referência histórica ligada às festas. Talvez a Festa dos Pães Asmos fosse comemoração da estação do ano, mas tinha maior significação que isso. Era também a Páscoa, a comemoração da redenção de Israel do Egito. Pela crença religiosa de Israel, vemos sua singularidade no mundo de então. A festa não estava relacionada apenas ao ciclo natural. Tinha relação primária a um Deus soberano, que trabalha geralmente na natureza e especificamente em amor da eleição por atos redentores na vida dos que lhe pertencem. As festas recordavam para Israel o Êxodo e suas implicações teológicas. Neste aspecto, o Antigo Testamento é consistente com o Novo. A fé da igreja cristã está baseada nos eventos históricos da encarnação, paixão, ressurreição e ascensão de Cristo e da vinda do Espírito Santo no Dia de Pentecostes.

O crente também fundamenta a base empírica de sua fé nas experiências de *sua própria história* do novo nascimento, no testemunho e batismo do Espírito e, talvez, no chamado divino. Esta fé pode ser assinalada a um calendário de modo tão claro quanto Wesley fez. Este personagem histórico disse que experimentou a graça redentora de Deus “mais ou menos às quinze para as nove”, em uma capela na Rua Aldersgate, no dia 24 de maio de 1738.

Israel experimentara tal redenção e, nestas festas anuais, se lembrava deste fato e da provisão providencial de Deus. Esta Páscoa era a contraparte do antigo concerto da ceia do Senhor instituída sob o novo concerto. Ambas apontavam um cordeiro morto e um povo redimido.

C. AS OFERTAS DAS PRIMÍCIAS, 23.9-14

Levítico determina quatro leis a serem obedecidas quando Israel entrasse na terra de Canaã. Esta é a terceira (as outras três estão registradas em 14.34; 19.23; 25.2). Este mandamento tem a ver com o começo da colheita. Considerando que todo o produto da terra vem do Senhor que a fez e a sustenta, dar as **primícias** (10) é reconhecer a propriedade divina. A apresentação desta **oferta** (14) significava a santificação do restante da colheita, pois os israelitas só tinham permissão de participar do produto depois que tivessem apresentado esta oferta. Tratava-se de outra das inúmeras lembranças na Bíblia de que nosso pão diário é dado por Deus. Para inteirar-se do uso simbólico desta cerimônia no Novo Testamento, consulte Romanos 8.23; 11.16; 16.5; 1 Coríntios 15.20,23 e 16.15. **Dois dízimas** (13) seriam cerca de 7,2 litros (VBB), e o **quarto de um him** seria mais ou menos 1,3 litro (VBB).

D. A FESTA DAS SEMANAS, 23.15-22

Esta é a Festa das Colheitas. Como a apresentação das primícias indicava o começo da colheita, esta festa comemorava o seu fim. É a mais “naturalista” das festas de Israel. Este ponto é evidente no uso de levedura (17) nos pães oferecidos e no fato de que sua associação histórica não provinha do Antigo Testamento, mas foi adicionada posteriormente. A festa era reconhecimento jubiloso da fidelidade graciosa do **SENHOR** (20) em dar outra colheita, e reconhecia alegremente a boa mão divina na vida diária comum. No Novo Testamento, tem seu cumprimento na Festa de Pentecostes. É adequado recordar que, em Lucas 11.11-13, Jesus fala da prontidão de um pai terreno em dar pão, carne e ovos aos seus filhos, e a prontidão muito maior de nosso Pai celestial em nos dar o seu Espírito Santo. Claro que no dom da abundância divina todas as nossas necessidades diárias são atendidas.

Esta festa ocorria ao término da colheita. Considerando que Deus dera da sua generosidade aos seus filhos, era extremamente apropriado que eles se lembrassem do **po-bre** e do **estrangeiro** (22).

E. OS DIAS SANTOS DO SÉTIMO MÊS, 23.23-44

O aspecto sacro do número sete é tema comum ao longo do Pentateuco. Talvez a quantidade incomum de dias especiais neste mês seja pelo fato de ser o sétimo mês. Da mesma maneira que o sétimo dia era santo, assim seria o sétimo mês.

1. A Festa das Trombetas (23.24,25)

O **primeiro** dia do **mês sétimo** (24) tinha de ser dia especialmente santo em Israel, um **descanso**, uma **santa convocação**. Não se podia fazer **obra servil** (“laboriosa”, RSV) nesse dia (5).

Israel tinha mais de um modo de contar o tempo. Este era o sétimo mês do ano eclesiástico, mas também era o primeiro mês do calendário civil. Era também a festa de

ano novo. Payne diz que a **jubilação** (24; “sonidos de trombetas”, ARA; cf. NTLH; NVI) era maneira antropomorfa de lembrar Deus sobre as necessidades de seu povo.² Anunciava o começo do mês em que ocorria o grande Dia da Expição e se comemorava a alegre Festa dos Tabernáculos.

2. O Dia da Expição (23.26-32)

O capítulo 16 descreve este dia santo do ponto de vista de Arão e os sacerdotes. Aqui, é apresentado em vista do povo e suas responsabilidades (cf. comentários em 16.29-14). Observe a seriedade com que este dia devia ser tratado. Era dia quando não se devia fazer **nenhuma obra** (28) — dia de completo **descanso** (32). Também era dia em que **afligireis a vossa alma** (27; “humilhem-se”, NVI; cf. tb. vv. 29,32). O espírito da Festa dos Tabernáculos era o mais alegre do ano. Tinha de ser precedido por verdadeiro arrependimento e fé na Festa da Expição. Não guardá-la com toda reverência poderia significar excomunhão ou morte (29,30).

3. A Festa dos Tabernáculos (23.33-44)

Estes são outros textos que oferecem mais esclarecimentos sobre esta festa: Números 29.12-38; Deuteronômio 16.13-15; 31.10-13; Esdras 3.4 e Neemias 8.18. Esta festa tinha um ponto em comum com a Páscoa e a Festa dos Pães Asmos: durava oito dias. O primeiro e o último dia tinham de ser dias de **santa convocação** (35,36), nos quais não se fazia **nenhuma obra servil**. **Dia solene** (36) é chamado “dia de restrição” (“reunião solene”, ARA; NTLH; “reunião sagrada”, NVI). “É dia de reunião festiva; não fareis trabalhos pesados” (VBB). A passagem de Números 29 nos fala que as ofertas para o holocausto eram 13 bezerros para o primeiro dia e um a menos para cada dia subsequente. Os israelitas também tinham de oferecer 14 cordeiros e dois carneiros a cada dia com as apropriadas ofertas em cereais e bebida, um bode para a oferta pelo pecado e o holocausto regular com seus acompanhamentos de cereais e bebida. No oitavo dia, as ofertas seriam um bezerro, um carneiro, sete cordeiros, ofertas em cereais e bebida e o holocausto regular com seus devidos acompanhamentos.

A festa comemorava o final do ano agrícola, quando acabava a colheita do produto **da terra** (39); tinha o propósito de expressar gratidão a Deus por sua provisão. Uma folhagem ou ramagem de **palmas** (40) era amarrada, de um lado, a um ramo de **árvores espessas** (murta) e, do outro, a um ramo de **salgueiros de ribeira**. Chamava-se *lulab*. Era carregada e abanada a intervalos apropriados, junto com frutos na celebração religiosa. A tradição diz que, como parte do ritual, os israelitas recitavam o Salmo 118 durante a festa.

A característica principal desta festa era o costume de fazer **tendas** (42) de ramos em copas e morar nelas durante a festa. Assim, o povo lembrava a provisão de Deus para **Israel** (43) durante os longos anos de peregrinação no deserto. Como a Páscoa era lembrança do Êxodo, esta festa recordava a experiência no deserto. Desta forma, são evocados os dons de Deus pela generosidade da natureza e pela graça divina. Não é de admirar que era considerada ocasião de intensa alegria (40). Com esta festividade, completava-se o calendário sagrado de Israel.

SEÇÃO VIII

O ÓLEO SANTO, O PÃO SANTO E O NOME SANTO

Levítico 24.1-23

A. O ÓLEO SANTO, 24.1-4

Um grande **castiçal** (4; “candelabro”, NVI) de ouro com sete lâmpadas (ver Diagrama A) proporcionava a iluminação do Tabernáculo. O trecho de Êxodo 25.31-40 descreve sua construção, enquanto Êxodo 27.20,21 detalha a composição do azeite (ou óleo) e seu abastecimento. As lâmpadas a óleo tinham de ficar acesas continuamente no Tabernáculo perante o Senhor (3). O **castiçal** foi colocado no lado sul do lugar santo (ver Diagrama A), compartimento desprovido de outra fonte de luz. Era abastecido com o mais puro **azeite de oliveira** (2). A significação simbólica deste candelabro talvez esteja na promessa de que Israel tinha de ser a luz entre as nações do mundo. A visão registrada em Zacarias 4 apóia esta idéia, como apóia a visão de João em Apocalipse 1.12-20. Confira também a função dos crentes descrita em Filipenses 2.15. Esta função tem de ser perpétua e só é possível pela capacitação do Espírito Santo, simbolizado pelo **azeite de oliveira, puro**. A expressão **porá em ordem as lâmpadas** (4) significa “conservará em ordem as lâmpadas” (ARA; cf. NVI) no candelabro.

B. O PÃO SANTO, 24.5-9

Nesta subdivisão, temos instrução relativa aos pães da proposição. A passagem de Êxodo 25.23-30 descreve a mesa para os pães (ver Diagrama A). Aqui, os sacerdotes ficam sabendo para que serve a **mesa pura** (6). Eles tinham de fazer **doze bolos** (5: “pães”, ARA) para serem mantidos **perante o SENHOR** (6) o tempo inteiro. Sobre os

pães iam porções de **incenso puro** (7). De acordo com a tradição judaica, o incenso era queimado no altar do holocausto junto com as ofertas de óleo e vinho quando, a cada semana, os pães velhos eram substituídos por novos. Os pães velhos serviam de alimento para os sacerdotes (9). Os pães simbolizariam o fato de que o pão diário do homem é um presente de Deus. Sugerem também que o trabalho das mãos do homem deve ser devolvido a Deus, que dá ao homem aquilo com que ele trabalha.

C. O NOME SANTO, 24.10-23

Esta inserção conta a história de um homem que **blasfemou o nome do SENHOR** (11) e informa a pena resultante. O Decálogo não estabeleceu a pena específica por profanação do nome divino. Por conseguinte, Moisés buscou orientação do **SENHOR** (12) sobre o que fazer com o culpado. **A prisão** (12) seria “sob custódia” (ATA). Em Números 15.32-36, é intercalada história semelhante sobre violação da lei sabática. Neste caso de blasfêmia, o envolvido era só meio-israelita, pois seu pai era **egípcio** (10). Este indivíduo representaria a “mistura de gente” mencionada em Êxodo 12.38. A resposta para ambas as situações mostra que, nesta questão, não há diferença entre o israelita e o não-israelita: **Qualquer que amaldiçoar o seu Deus levará sobre si o seu pecado** (15).

Este fato é ilustração de que não havia provisão de sacrifício para quem violasse o próprio Decálogo. Os sacrifícios eram apenas para quem estava em concerto, e a violação do Decálogo significava o repúdio ao concerto. É difícil para as pessoas de hoje entenderem tamanha severidade pelo que se chama mero pecado verbal. Mas os antigos consideravam que os pecados verbais tinham uma realidade genuína. E vale perguntar: O que demonstra a atitude da pessoa para com o sagrado e o Deus santíssimo mais que o modo pelo qual usa as palavras santas? Erdman escreve:

Nada é mais perigoso ou mais prejudicial para uma comunidade ou nação do que a irreverência às coisas sagradas. A profanação e a blasfêmia são pecados que acarretam culpa invulgar. A reverência a Deus é o fundamento da religião e da moralidade. Há uma mensagem para os nossos dias neste episódio trágico que enfatiza a necessidade de reverenciarmos o Nome Santo.¹

Esta história de blasfêmia é usada para trazer à baila uma série (17-22) de exemplos da Lei de Talião — o princípio **de olho por olho, dente por dente** (20). Todas estas informações já foram mencionadas no Pentateuco, mas aqui são repetidas para mostrar que este princípio se estende a israelita e não-israelita (22).

Muitos argumentam que Jesus repudiou este princípio no Sermão da Montanha; o fato é verdadeiro no que tange à vingança pessoal. Allis tem razão ao asseverar que o propósito deste incidente é firmar uma lei de justiça pública, não de vingança particular, e que a indenização por danos provavelmente toma a forma de multa.² Esta posição é apoiada pelos seguintes fatos: 1) Só o assassinato (Nm 35.31,32) é excluído de crimes para os quais há resgate; e 2) a lei mosaica se opunha à mutilação. Não nos esqueçamos de que o princípio de “olho por olho” é bastante básico a todas as leis civilizadas.

De fato, não há como jogar uma partida esportiva exceto sob determinadas regras básicas: o que é certo para um jogador é certo para outro e toda violação desta regra tem de receber a devida pena.

Os procedimentos interpessoais são outra questão. Mas mesmo nesta área, o amor que oferece a outra face diz pouco à parte ofendida, a menos que esta e o ofensor saibam a diferença entre a justiça e a injustiça.

SEÇÃO IX

OS ANOS SANTOS

Levítico 25.1-55

No capítulo 23, o sábado como dia de descanso foi tratado com relação às festas sagradas. Agora, o mesmo princípio é válido para o sétimo ano (25.1-7) e o quinquagésimo ano, período que coroa sete ciclos de sete anos (25.8-55).

A. O ANO SABÁTICO, 25.1-7

O princípio do **sábado** (2), instituição que parece ter sido exclusiva para Israel (ver cap. 23), é ampliado para os anos. A suspensão do trabalho no sétimo dia é uma consagração do tempo. A ordem é descansar durante todo o sétimo ano. O tempo, como todos os outros recursos, pertence a Deus. A observância do **sétimo ano** (4) ilustra o direito de Deus sobre o tempo de Israel e a exigência de que Israel confie nele para a provisão de suas necessidades. Referência a esta observância ocorre em Êxodo 23.10,11, onde o contexto indica interesse humanitário. Há também referências em Deuteronômio 31.10; 2 Reis 19.29; Neemias 10.31; e no livro apócrifo de 1 Macabeus 6.49,53. Josefo declara que este ano sabático foi observado durante os dias de Alexandre, o Grande (*Antiguidades Judaicas*, XI, viii, 6) e no tempo do rei Herodes (XIX, xvi, 2). Tácito também se refere a essa prática em sua obra intitulada *História* (5.4).

Os versículos 6 e 7 parecem modificar a limitação do versículo 5. O significado provável é que, ainda que não haja cultivo formal, devem ser feitos colheita e armazenamento de colheitas durante o ano sabático. O que cresce por si mesmo pode ser usado para consumo durante o período.

B. O JUBILEU, 25.8-55

A observância efetiva do Ano do Jubileu em Israel tem sido seriamente contestada. Há quem proponha que represente “a teorização sacerdotal e nunca uma política factual”.¹ Snaith ressaltou que em 2 Reis 19.29 (e Is 37.30) são usadas palavras hebraicas diferentes para aludir a “o que cresce por si mesmo no primeiro ano” (*saphiach*) e “o que cresce por si mesmo no segundo ano” (*sachish*).²

Este ano tinha de começar **no mês sétimo, aos dez do mês, no Dia da Expição** (9), com o soar da **trombeta do jubileu**. Tinha de ser ano de soltura e **liberdade na terra a todos os seus moradores** (10). A terra e o povo recebiam um sábado (descanso), e todas as propriedades que foram alienadas do dono original seriam devolvidas. Encontramos na história de Nabote ilustração do princípio exarado aqui. O rei Acabe queria comprar-lhe a vinha. Mas Nabote não a vendeu, porque, como herança da família, pertencia aos seus descendentes como também a ele (1 Rs 21.3).

Esta prática significava que a terra era avaliada **conforme o número dos anos** que faltava para o **jubileu** (15), para que ocorresse a transferência de propriedade. O preço de compra era determinado pelo **número dos anos das novidades**, ou seja, pelo número de colheitas e não pelo valor próprio da terra. Este era destaque extraordinário do ensino do Antigo Testamento de que a propriedade pertencia ao Senhor — **a terra é minha** (23). Ele a dera em custódia para certas famílias israelitas, e **não se venderá** permanentemente a outrem. Deus era o Dono permanente.

A propriedade dentro de **cidade murada** (29) era exceção a esta lei. Podia ser resgatada pelo vendedor no prazo de **um ano inteiro**; caso contrário, ficava vendida indefinidamente (30). Esta limitação de resgate não valia para as casas dos levitas, as quais ficavam em cidades. Suas propriedades poderiam ser resgatadas a qualquer hora por um levita (32), visto que tais cidades eram a única **possessão** dessas pessoas em **Israel** (33; cf. Nm 35.1-5). Se a propriedade dentro dos muros da cidade não fosse resgatada por um levita, voltaria a ele no ano do **jubileu**. **O campo do arrabalde das suas cidades** (34; as pastagens pertencentes às cidades levíticas, cf. NVI) não podia ser vendido de forma alguma.

O Ano do Jubileu também tinha de ser ano de liberação de escravos (35-55). Na introdução desta subdivisão acha-se uma mensagem que expressa preocupação pelos pobres em Israel (35). Se o indivíduo não podia se sustentar, esperava-se que um hebreu providenciasse que fosse sustentado. Sob o antigo concerto, não se devia aceitar **usura** (36; “juros”, ARA; cf. NVI; NTLH) por dinheiro emprestado ao pobre. O sustento dos necessitados era manifestação de verdadeiro temor do Senhor. Deus exigia isto dos israelitas, visto que os tinha comprado **da terra do Egito** (38) e os sustentaria até que os estabelecesse na terra que lhes *dera*.

O hebreu que ficasse tão pobre a ponto de se vender para outro hebreu, não podia ser tratado como escravo (39), mas como **jornaleiro** (40; “trabalhador contratado”, NVI) ou **peregrino** (“residente temporário”, NVI) até o Ano do Jubileu. Deus disse: **Não te assenhorearás dele com rigor** (43), ou seja, “não os trate com crueldade” (NTLH), ou “com tirania” (ARA), ou com aspereza (cf. vv. 46,53). Os israelitas podiam possuir os não-hebreus como **escravos** (44) e dá-los como propriedade familiar (46). Tal não se fazia com os hebreus. Além disso, se em Israel o hebreu fosse comprado por um **estrangeiro**

ou por um **peregrino** (47), esse hebreu poderia ser resgatado (48). Um parente o resgataria por um preço consistente com o tempo que faltasse para chegar o **Ano do Jubileu** (50), quando então sairia livre sem pagamento. A razão dada para a vigência desta lei (55) é a mesma que se aplicava à propriedade. Os hebreus foram resgatados por Deus e eram propriedade exclusivamente divina. Não estava certo outro ser dono deles. Suas habilidades profissionais poderiam ser contratadas por outrem, mas eles poderiam ser *possuídos* somente por Deus que os resgatara. Não seria esta uma palavra para nós acerca da dignidade de todo filho de Deus e de nossa responsabilidade uns pelos outros?

SEÇÃO X

PALAVRAS FINAIS DE PROMESSA E AVISO

Levítico 26.1-46

Ao longo do Pentateuco, é habitual que seções que tratem de leis sejam finalizadas com uma exortação à obediência (Êx 23.20-33; Dt 28.1-68). Este capítulo dá uma palavra final de promessa e aviso. Em primeiro lugar, há um lembrete sobre a proibição de idolatria (1). Este lembrete está conectado a uma declaração sobre a importância de reverenciar os **sábados** e o **santuário** (2). Em seguida, Israel recebe a promessa de bênçãos múltiplas se for obediente (3-13). Por último, há extensa promessa de castigo e julgamento por desobediência. Mas o castigo e o julgamento serão moderados pela misericórdia do Senhor, sua recordação do concerto e o compromisso ligado a Ele (14-46).

A. IDOLATRIA, SÁBADOS E O SANTUÁRIO, 26.1,2

Este capítulo dá a impressão de ser o capítulo final do livro. Representa o cerne do compromisso de Israel ligado ao concerto e o faz lembrar da primeira tábua do Decálogo. Há quatro palavras usadas aqui para se referir a objetos idólatras. A primeira, **ídolos** (*'elilim*), quer dizer “falsos deuses”; é derivada de um radical hebraico que tem o significado de “ser fraco, sem valor, uma coisa de nada”. A próxima palavra é **imagem de escultura** (*pesel*), que significa algo talhado em madeira ou pedra. **Estátua** (*massebah*) diz respeito à coluna de pedra. Rashi entendia que **figura de pedra** (*maskit*) significava uma pedra esculpida na qual os homens se prostravam ou para a qual olhavam.¹ A natureza não-icônica da adoração do Deus de Israel estava em absoluto contraste com a religião de todos os vizinhos de Israel. A Bíblia nunca se cansa de nos lembrar dessa verdade. Nesta passagem, os sábados e a reverência do santuário são colocados em importância igual à fidelidade ao único Deus verdadeiro.

B. PROMESSA, 26.3-13

Este trecho ressalta os benefícios gratos da obediência ao Senhor. Este texto cheio de promessas reflete a unidade de tudo da vida. Vemos aqui descrição da relação empática entre o homem e a natureza, condição revelada nas obras dos profetas. Tendo o homem uma relação correta com seu Criador, tudo na vida se comportará de maneira proveitosa. Haverá, por consequência, fartura de alimentos (4,5), vitória nacional (6-8), **paz** e fertilidade na família (9). Melhor de tudo, Deus diz: **Eu vos serei por Deus, e vós me sereis por povo** (12). Esta passagem lembra o paraíso do qual o homem foi expulso (Gn 2—3) e prenuncia mensagens que os profetas ainda anunciariam (Ez 48.35; Am 9.11-15). O caráter pessoal desta promessa é retratado no uso comum da primeira pessoa quando Deus fala com o povo do concerto. A boa intenção divina para com os israelitas nesta promessa está garantida pela libertação provida por Deus quando eles eram **escravos** (13).

Smith esclarece o significado do versículo 5: “A debulha durará para vós até o tempo da vindima, e o tempo da vindima durará até o tempo da sementeira, de forma que comereis tudo que quiserdes dos vossos alimentos” (Smith-Goodspeed; cf. NTLH). **Comereis o depósito velho, depois de envelhecido; e tirareis fora o velho, por causa do novo** (10) é melhor “comereis o velho da colheita anterior e, para dar lugar ao novo, tirareis fora o velho” (ARA; cf. NTLH; NVI).

É o Senhor, o Deus de Israel, que dará todas estas coisas para o seu povo obediente, porque Ele pode e porque quer. É importante ver nesta passagem a afirmação do poder de Deus bem como sua benevolência. Temos de manter em mente que esta palavra foi dada a um povo que estava em um mundo que contava que todos estes benefícios estavam sob o domínio de outros deuses. A passagem começa com uma negação dos outros deuses (1,2) e continua com a promessa de que o Deus de Israel *tem poder* e *quer* dar o melhor para o seu povo. A verdade é peculiarmente aplicável ao mundo de hoje. O homem moderno considera que todas estas bênçãos estão ao alcance do seu poder. Nosso problema não é dependência de imagens de madeira e pedra, mas de processos científicos, engenhosidade humana e sorte. O homem moderno precisa lembrar que saúde, abundância e paz ainda estão sob o domínio do Senhor.

C. AVISO, 26.14-46

1. *Se Vocês não me Ouvirem* (26.14-39)

Se Israel não for obediente aos **mandamentos** do Senhor (14), Deus responderá com castigo, julgamento e destruição. Esta história está entretecida em uma sequência de condições **se** (e.g., 14,15,18,21), que descrevem as desobediências que podem levar a resultados cada vez mais medonhos. Este é capítulo que ilustra a relutância do Senhor em afligir seu povo, mas também demonstra o fato de que a eleição de Israel não o isentou do que o Senhor exige: obediência. As Escrituras não dizem que as leis de retribuição moral afetam somente os não-eleitos. Os eleitos receberão maior condenação por terem mais conhecimento. Aqui, vemos o caráter longânimo do Deus que castiga na esperança de salvar os que lhe pertencem. As consequências de andarem em desacordo com a lei do

Senhor serão: Enfermidades (16), fome (16,26), **praga** (21), **peste** (25), guerra, opressão do inimigo (17), devastação (30-33), terror e cativo (33).

Moffatt esclarece o versículo 16 desta maneira: “Eu vos sujeitarei a aflições terríveis, a consumpção e febre que enfraqueçam os vossos olhos e corroam a vossa vida; vós semearéis sementes em vão, pois serão os vossos inimigos que comerão as colheitas” (cf. NTLH; NVI). **Executará a vingança do concerto** (25) é melhor “soltarei a espada da guerra sobre vós, em castigo por vossa quebra de contrato” (Moffatt; cf. NTLH). Os dizeres do versículo 26 são descrições vívidas de condições de fome: “Quando eu vos privar do pão que vos sustenta, dez mulheres precisarão apenas de um forno para assar o que tiverem, e o pão será distribuído em rações, até que nunca mais tenhais o suficiente (Moffatt).

2. *Então Vocês Confessarão* (26.40-46)

Se os israelitas aprenderem com o castigo do Senhor Deus, duas condições podem desviar a ira de Deus: Confissão (40) e humilhação (41). Estes procedimentos farão o Senhor se lembrar do **concerto** (42) que fez com os pais e o levarão a reverter a ira e a redimi-los como fez com seus pais (44,45). Este capítulo é altamente apropriado, pois sua filosofia de história é pertinente para as nações nominalmente cristãs do Ocidente!

SEÇÃO XI

APÊNDICE: SOBRE VOTOS E DÍZIMOS

Levítico 27.1-34

A consagração de pessoas e coisas para o Senhor, além das exigências da lei, era conhecida no Antigo Testamento por votos. Vemos exemplos de votos nas ações de Ana (1 Sm 1.11) e de Jefté (Jz 11.30,31). **Particular voto** (2) é melhor “oferta de voto” (VBB). Este registro bíblico fornece as condições para a **avaliação** do valor da coisa prometida a Deus e a comutação do voto de acordo com o valor. Em sua maioria, nos casos citados aqui, não há mudança de propriedade. Há o pagamento ao Senhor de valor equivalente. A avaliação era afetada pelos padrões daqueles dias quanto à idade e sexo. Percebemos em Deuteronômio 23.21-23, a seriedade com que o voto é tratado. Mas o caráter humanitário da legislação levítica também consta na proteção prescrita na lei para o **pobre** (8).

Se o voto fosse de **animal** (9), o animal prometido tinha de ser oferecido. Não podia ser substituído. Fazer o voto de oferecê-lo significava que se tornara santo (10). Não podia mais voltar à vida comum. Se fosse **animal imundo** (11), o sacerdote tinha de estipular um valor (12) sobre o animal e vendê-lo. Se o ofertante desejasse **resgatar** (13) o animal imundo, pagaria o valor estipulado mais um **quinto**. Este mesmo tratamento era concedido no caso de quem votava uma **casa** ao **SENHOR** (14,15).

Na questão de voto de **campo** (16; “terras”, NVI), havia uma diferença entre o que fora herdado e o que fora comprado. Fica mais fácil compreender o significado do versículo 16 assim: “Se alguém oferecer para o serviço de Deus, o SENHOR, uma parte dos terrenos que recebeu do pai, o sacerdote fará a avaliação do terreno de acordo com a quantidade de sementes necessária para semeá-lo, na base de cinquenta barras de prata por cem quilos de cevada” (NTLH; cf. NVI). A propriedade era avaliada segundo as cláusulas do **Ano do Jubileu** (16-24). A terra herdada poderia ser resgatada pelo valor estipulado mais um quinto (19). Caso contrário, tornava-se **santo ao SENHOR** (21), ou seja,

tornava-se propriedade dos sacerdotes. Se a propriedade fosse comprada, era avaliada em termos da proximidade do **Ano do Jubileu** (23). A pessoa daria de acordo com o valor em perspectiva. **No Ano do Jubileu** (34) o bem voltaria ao dono original. O versículo 25 fica mais inteligível desta forma: “Todos os preços serão calculados de acordo com a tabela oficial; a barra padrão, o siclo, vale vinte geras” (NTLH; cf. NVI).

O **primogênito** (26) dos animais limpos não podia ser dedicado ao Senhor, pois que já era dele (Êx 13.2; 34.19). O primogênito de **animal imundo** (27) era avaliado e podia ser resgatado pelo valor estipulado mais um **quinto**. Se não fosse resgatado, tinha de ser vendido, visto que era imundo e não podia pertencer a um sacerdote.

Os versículos 28 e 29 revelam o significado do termo **consagrado** (*cherem*). Aquilo que era **consagrado** era separado irrevogavelmente para Deus. Era santíssimo ao **SENHOR** e, nessa condição, não podia ser vendido ou resgatado. Tinha de ser exterminado dentre os homens. O texto mostra a finalidade da consagração segundo a perspectiva de Deus. A consagração não devia ser feita levianamente nem desfeita casualmente. Tratava-se de processo irreversível.

O dízimo (30) poderia ser resgatado com a oferta de seu valor acrescido de um **quinto** (31). Esta cláusula valia para o produto do **campo** e para as **vacas e ovelhas**. **Tudo o que passar debaixo da vara** (32) é um quadro do pastor ou boiadeiro separando o dízimo. É mais clara a tradução do versículo 32 feita por Moffatt: “O dízimo do rebanho ou do gado, todo o décimo animal contado pelo pastor, será consagrado para o Eterno” (cf. NTLH; NVI). Era proibido determinar este dízimo de modo interesseiro. O homem não podia escolher para Deus o **bom** ou o **mau** (33). Se tentasse ajustar o dízimo trocando os animais, era obrigado a dar o animal oferecido e o animal pelo qual o trocou. Toda a décima parte de tudo pertencia a Deus inexoravelmente.

Notas

INTRODUÇÃO

¹Gleason Archer, *A Survey of Old Testament Introduction* (Chicago: Moody Press, 1964), pp. 83-131.

²F. W. Albright, *From Stone Age to Christianity* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1940).

SEÇÃO I

¹S. R. Hirsch, *The Pentateuch Translated and Explained*, traduzido para o inglês por Isaac Levy, vol. III, partes I e II, 2.^a edição (Londres: Isaac Levy, 1962), p. 3.

²*Ib.*, p. 10.

³Nathaniel Micklem, "The Book of Leviticus" (Exegesis and Exposition), *The Interpreter's Bible*, editado por George A. Buttrick *et al.*, vol. II (Nova York: Abingdon-Cokesbury Press, 1951), p. 15.

⁴C. F. Keil e F. Delitzsch, *Biblical Commentary on the Old Testament*, vol. II, traduzido para o inglês por James Martin (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1949), p. 291.

⁵N. H. Snaith, "Leviticus", *Peake's Commentary on the Bible*, editado por M. Black (Nova York: Thomas Nelson & Sons, 1962), p. 242.

⁶L. L. Morris, "Blood", *The New Bible Dictionary*, editado por J. D. Douglas *et al.* (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1962), p. 160.

⁷Martin Noth, "Leviticus", *The Old Testament Library* (Filadélfia: The Westminster Press, 1965), p. 24.

⁸Micklem, *op. cit.*, p. 17.

⁹*Ib.*, p. 18.

¹⁰Oswald T. Allis, "Leviticus", *The New Bible Commentary*, editado por F. Davidson *et al.* (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1953), p. 138.

¹¹Charles R. Erdman, *The Book of Leviticus* (Nova York: Fleming H. Revell Company, 1951), p. 27.

¹²O. Michel, *Theological Dictionary of the New Testament*, editado por Gerhard Kittel, vol. IV (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1967), pp. 675-683.

¹³A. T. Chapman e A. W. Streane, "The Book of Leviticus", *The Cambridge Bible for Schools and Colleges* (Cambridge: The University Press, 1914), p. 8.

¹⁴Hirsch, *op. cit.*, p. 67.

¹⁵*Ib.*, p. 70.

¹⁶*Ib.*, p. 80.

¹⁷Keil, *op. cit.*, p. 299.

¹⁸Andrew A. Bonar, *A Commentary on the Book of Leviticus* (Nova York: Robert Carter & Brothers, 1863), p. vii.

¹⁹Keil, *op. cit.*, p. 303.

²⁰Hirsch, *op. cit.*, p. 20.

²¹Allis, *op. cit.*, pp. 139, 140.

²²Micklem, *op. cit.*, p. 29.

²³*Ibid.*, p. 34.

²⁴*Ibid.*, pp. 35, 36.

²⁵Allis, *op. cit.*, p. 141.

SEÇÃO II

¹Micklem, *op. cit.*, p. 45.

²Rashi, *Pentateuch with Targum Onkelos, Haphtaroth and Rashi's Commentary*, traduzido para o inglês e comentado por M. Rosenbaum e A. M. Silberman, *Leviticus* (Nova York: Hebrew Publishing Company, s.d.), p. 35.

³N. H. Snaith, "Leviticus and Numbers", *The Century Bible* (Camden, Nova Jersey: Thomas Nelson & Sons, 1967), p. 71.

⁴Keil, *op. cit.*, pp. 345, 346.

⁵L. H. Brockington, "Presence", *A Theological Dictionary of the Bible*, editado por Alan Richardson (Nova York: The Macmillan Company, 1951), pp. 172-176.

SEÇÃO III

¹Walther Eichrodt, "Theology of the Old Testament", *The Old Testament Library*, traduzido para o inglês por J. A. Baker, vol. I (Filadélfia: The Westminster Press, 1961), pp. 134, 135. Explicação médica sobre muitas destas exigências são dadas por S. I. McMillen, *None of These Diseases* (Westwood, Nova Jersey: Fleming H. Revell Company, 1963).

²Eichrodt, *op. cit.*, p. 137.

³Micklem, *op. cit.*, p. 60.

⁴Yehezkel Kaufmann, *The Religion of Israel*, traduzido para o inglês por Moshe Greenberg (Chicago: The University of Chicago Press, 1960), pp. 103, 104.

⁵Helmer Ringgren, *Israelite Religion*, traduzido para o inglês por David E. Green (Filadélfia: Fortress Press, 1966), p. 203.

⁶E. W. Masterman, "Leprosy", *Dictionary of Christ and the Gospels*. Para inteirar-se de uma análise das doenças da Bíblia, ver o artigo de A. P. Waterson em NBD, pp. 313ss.

⁷Erdman, *op. cit.*, p. 68.

SEÇÃO IV

¹"O altar de incenso, que estava situado fora do véu, ou seja, à sua frente, pertencia ao Santo dos Santos [ver Diagrama A]. Não podia ficar dentro do véu, ou seja, atrás deste, porque todos os dias os sacerdotes tinham de oferecer incenso nesse altar. No Dia da Expição, o sumo sacerdote colocava o incenso ardente no incensário, atrás do véu, no Santo dos Santos" (VBB, nota de rodapé, *ad loc.*).

²Noth, *op. cit.*, p. 125.

³Snaith, *op. cit.*, p. 113.

SEÇÃO V

¹Allis, *op. cit.*, pp. 150, 151.

²Eichrodt, *op. cit.*, p. 75.

³Francis Brown, S. R. Driver e Charles A. Briggs, *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament* (Oxford: The Clarendon Press, 1907), p. 984b.

⁴Snaith, *op. cit.*, p. 125.

⁵*Ib.*, p. 136.

⁶*Ib.*, p. 133.

⁷Roland de Vaux, *Ancient Israel: Its Life and Institutions* (Nova York: McGraw-Hill Book Company, Incorporated, 1961), pp. 444, 445.

SEÇÃO VII

¹H. H. Rowley, *Worship in Ancient Israel* (Filadélfia: Fortress Press, 1967), p. 91.

²J. Barton Payne, *The Theology of the Older Testament* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1962), p. 406.

SEÇÃO VIII

¹Erdman, *op. cit.*, p. 127.

²Allis, *op. cit.*, p. 158.

SEÇÃO IX

¹Snaith, *op. cit.*, p. 162.

²*Loc. cit.*

SEÇÃO X

¹Snaith, *op. cit.*, p. 169.

Bibliografia

I. COMENTÁRIOS

- ALLIS, Oswald T. "Leviticus." *The New Bible Commentary*. Editado por F. Davidson *et al.* Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1953.
- BONAR, Andrew A. *A Commentary on the Book of Leviticus*. Nova York: Robert Carter & Brothers, 1863.
- CHAPMAN, A. T. e STREANE, A. W. "The Book of Leviticus." *The Cambridge Bible for Schools and Colleges*. Cambridge: The University Press, 1914.
- ERDMAN, Charles R. *The Book of Leviticus*. Nova York: Fleming H. Revell Company, 1951.
- HIRSCH, S. R. *The Pentateuch Translated and Explained*, Vol. III, Partes I e II. Traduzido para o inglês por Isaac Levy. Segunda Edição. Londres: Isaac Levy, 1962.
- KEIL, C. F. e DELITZSCH F. *Biblical Commentary on the Old Testament*, Vol. II. Traduzido para o inglês por James Martin. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1949.
- MICKLEM, Nathaniel. "The Book of Leviticus" (Exegesis and Exposition). *The Interpreter's Bible*. Editado por George A. Buttrick *et al.*, Vol. II. Nova York: Abingdon-Cokesbury Press, 1953.
- NOTH, Martin. "Leviticus." *The Old Testament Library*. Filadélfia: The Westminster Press, 1965.
- RASHI. *Pentateuch with Targum Onkelos, Haphtaroth and Rashi's Commentary*. Traduzido para o inglês e comentado por M. Rosenbaum e A. M. Silberman. Nova York: Hebrew Publishing Company, s.d.
- SNATH, N. H. "Leviticus and Numbers." *The Century Bible*. Camden, Nova Jersey: Thomas Nelson & Sons, 1967.

II. OUTROS LIVROS

- ALBRIGHT, W. F. *From Stone Age to Christianity*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1940.
- ARCHER, Gleason. *A Survey of Old Testament Introduction*. Chicago: Moody Press, 1964.
- BROWN, Francis, DRIVER, S. R. e BRIGGS, Charles A. *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament*. Oxford: The Clarendon Press, 1907.
- EICHRODT, Walther. "Theology of the Old Testament." *The Old Testament Library*, Vol. I. Filadélfia: The Westminster Press, 1961.
- KAUFMANN, Yehezkel. *The Religion of Israel*. Traduzido para o inglês por Moshe Greenberg. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- McMILLEN, S. I. *None of These Diseases*. Westwood, Nova Jersey: Fleming H. Revell Company, 1963.
- PAYNE, J. Barton. *The Theology of the Older Testament*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1962.
- RINGGREN, Helmer. *Israelite Religion*. Traduzido para o inglês por David E. Green. Filadélfia: Fortress Press, 1966.
- ROWLEY, H. H. *Worship in Ancient Israel*. Filadélfia: Fortress Press, 1967.
- VAUX, Roland de. *Ancient Israel: Its Life and Institutions*. Nova York: McGraw-Hill Book Company, Incorporated, 1961.

III. ARTIGOS

- BROCKINGTON, L. H. "Presence." *A Theological Dictionary of the Bible*. Editado por Alan Richardson (Nova York: The Macmillan Company, 1951).
- MICHEL, O. "Mimneskomai." *Theological Dictionary of the New Testament*, Vol. IV. Editado por Gerhard Kittel. Traduzido para o inglês por Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1967).
- MOLLER, Wilhelm. "Leviticus." *The International Standard Bible Encyclopedia*, Vol. III. Editado por James Orr *et al.* (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1949).
- MORRIS, L. L. "Blood." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas *et al.* (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1962).

COMENTÁRIO BÍBLICO BEACON

1

GÊNESIS A
DEUTERONÓMIO

O *Comentário Bíblico Beacon* traz uma interpretação abrangente da Bíblia Sagrada elaborada por 40 teólogos evangélicos conservadores. São 10 volumes, cinco para o Antigo Testamento e cinco para o Novo.

Em cada livro bíblico são comentados versículos de forma expositiva, exegética e sempre com uma sugestão homilética, o que torna o *Beacon* particularmente útil para pregadores e professores da Escola Dominical. Mas também ele tem uma característica devocional que faz dele uma obra cativante e indispensável a todos os crentes que desejam estudar a Palavra de Deus.

Beacon tem erudição teológica, todavia num tom equilibrado na sua interpretação e no seu objetivo inspiracional. Seu formato é atraente e prático.

Esta obra é de grande valor para todos que buscam descobrir as verdades profundas da Palavra de Deus, que “subsiste eternamente”.

George H. Livingston
Leo G. Cox
Dennis E. Kinlaw
Lauriston J. Du Bois
Jack Ford
A. R. G. Deasley

ISBN 85-263-0685-5



9 788526 130685 1